



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

DEZEMBRO

2009

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 19/11/2009 – EXPEDIÇÃO: 22/11/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 828/815 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 47

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Contribuição previdenciária – Normas gerais de arrecadação827

ATOS DO JUDICIÁRIO

- CNJ: Registros públicos – Certidões de nascimento, casamento e óbito827
- CNJ/TSE: Presos provisórios e adolescentes – Comissão para viabilizar direito ao voto.....826
- TST: Numeração única de processos – Implantação826

ATOS INSTITUCIONAIS

- ANATEL: Telefonia fixa comutada – Regulamento825

DOCTRINAS

- O conhecimento da importância da justiça do trabalho a partir de um exercício mental de sua fictícia extinção – **Thales Pontes Batista**825
- Artigo 44 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de drogas): A liberdade provisória em crime de tráfico de drogas na visão do Supremo Tribunal Federal – **Renato Marcão**824
- Sentenças parciais de mérito e recurso adequado – **José Wilson Gonçalves**821

ESTUDO DE CASOS

- Interdito proibitório – Defesa da posse – Caráter preventivo820
- União estável – Partilha de bens – Valores de FGTS.....818

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana**816
- Anistiados políticos: STJ muda entendimento relativo à pensão
- Depósito em recurso administrativo: TST tem nova súmula
- Era digital: Justiça Federal inicia virtualização dos processos
- Lei do inquilinato: projeto deverá ter artigos vetados
- Magistratura estadual: TJ-PR abre as inscrições para juiz substituto
- Palavra final: Lula é quem decide se Battisti será extraditado
- Projetos de lei**815
- Guarda temporária: novo tipo de guarda compartilhada de crianças
- Inclusão do conceito de união estável na lei da Previdência
- Pagamento parcelado do DPVAT
- Reajuste de taxas da Justiça do Trabalho pelo INPC

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 16-11 a 19-11-2009.....815

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 19/11/2009 – EXPEDIÇÃO: 22/11/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 752/737 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 47

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Desistência da ação

♦ Ainda que haja acordo entre as partes, a desistência após a sentença constitui verdadeira reversão da decisão de mérito já proferida.

Valor da causa

♦ O valor da causa na ação de embargos à execução, quando a impugnação volta-se contra a totalidade do débito, deve ser o valor atribuído à própria execução.

CIVIL E COMERCIAL

Cédula de crédito industrial

♦ Em se tratando de cédula de crédito industrial, o prazo prescricional incidente na espécie é o de três anos, previsto na Lei Uniforme.

Construção

♦ Impossibilidade de afastamento de responsabilidade e garantias pelo serviço de construção tão só em razão da ausência de participação da construtora na revenda do imóvel.

PENAL E PROCESSO

Crime contra a ordem tributária

♦ A simulação de sociedade comercial – contratação de trabalhadores como “cotistas” da empresa – configura fraude voltada à supressão de tributos e contribuição previdenciária.

Habeas corpus

♦ O fato de impetrar-se *habeas corpus* no STF não resulta no prejuízo daquele em curso, versando o mesmo pano de fundo e com liminar indeferida, no STJ.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Acordo coletivo

♦ Não há como dar validade às cláusulas de acordo coletivo de trabalho não registrado e cuja duração é superior a dois anos.

Comissão de Conciliação Prévia

♦ Ainda que não tentada a conciliação prévia, o interesse processual surge no momento em que o empregador se apresenta resistente ao pagamento dos valores pretendidos.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Crédito educativo

♦ Tratando-se de contrato de crédito educativo, à míngua de norma específica que expressamente autorize a capitalização dos juros.

Terreno de marinha

♦ Os interessados devem ser intimados pessoalmente do procedimento demarcatório dos terrenos de marinha, sendo incabível a intimação por edital, salvo na hipótese de interessados incertos. >

TRIBUTÁRIO

Contribuição previdenciária

♦ As cooperativas são equiparadas à empresa para fins de aplicação da legislação do custeio da Previdência Social.

Execução fiscal

♦ A falência, como meio regular de extinção judicial da sociedade, não constitui causa bastante para autorizar o redirecionamento da execução fiscal.

PUBLICAÇÃO MENSAL

ANO XXV

Nº 12

DEZEMBRO

2009

ISSN 1981-



BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

DOUTRINA DEBATES JURISPRUDÊNCIA

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

AS <i>SIMETRIAS</i> CONSTITUCIONAIS – Pagamento de Sessão Extraordinária – Mudou o Direito na Constituição (Ivan Barbosa Rigolin)	1339
CONTROLE EXTERNO BRASILEIRO – Poder Legislativo e Tribunal de Contas (Wremyr Scliar)	1344
PRECATÓRIOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA – Sua Utilização para Compensação de Tributos e Nomeação à Penhora em Executivos Fiscais – Parecer (Kiyoshi Harada)	1369
O INSTRUMENTO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NÃO RETIRA A RESPONSABILIDADE DE QUEM A DELEGA (Sérgio Honorato dos Santos e Yaisa A. Honorato dos Santos)	1380
CONTRATO DE LOCAÇÃO – Administração Pública Locatária – Celebração da Avença Fundamentada no Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93 – Prorrogação do Ajuste – Possibilidade – Inaplicabilidade das Restrições Constantes do Art. 57 da Lei de Licitações e Contratos – Inadmissibilidade de Ajustes Verbais e Prorrogações Automáticas por Prazo Indeterminado (Tribunal de Contas da União)	1386
SERVIDOR PÚBLICO – Subscrição de Mandado de Segurança, Impetrado por Outro Agente Público, Contra Ato do Então Presidente do TCU – Suposta Falta de Lealdade para com a Administração e de Observância às Normas Legais – Não-Ocorrência – OAB – Avaliação Relativa à Configuração de Algumas das Infrações Previstas na Lei nº 8.906/94 (Tribunal de Contas da União)	1394
APOSENTADORIA – Invalidez – Agente da Polícia Federal – Percepção Cumulativa de Proventos e da Remuneração de Cargo em Comissão – Boa-Fé do Servidor Reconhecida – Junta Médica Oficial – Declaração de Aptidão Física e Mental para o Exercício do Cargo Comissionado – Reavaliação dos Motivos que Levaram à Inatividade – Reversão e/ou Readaptação do Servidor (Tribunal de Contas da União)	1401
CONTRATO ADMINISTRATIVO – Serviços de Natureza Continuada – Reajuste sem Previsão Editalícia ou Contratual – Utilização de Índices de Preços Setoriais ou Gerais – Adoção do Menor Percentual – Não-Sujeição aos Limites Previstos pelo § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais)	1409

JURISPRUDÊNCIA

SERVIDOR PÚBLICO – Cargo Público – Vacância para Investidura em Emprego Público – Dispensa Antes do Fim do Contrato de Experiência – Recondução – Admissibilidade – Inteligência dos Arts. 29, I, e 33, VIII, da Lei nº 8.112/90	1415
EXAME SUPLETIVO – Menor de 18 Anos – Pretensão Acesso aos Exames do Ensino Médio – Inadmissibilidade – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Vedação Legal Compatível com o Texto Constitucional – Ausência de Conflito com o Inc. IV do Parágrafo Único do Art. 5º do Código Civil	1418
UNIÃO HOMOAFETIVA – Pretensão Reconhecimento como União Estável – Concessão de Pensão Previdenciária – Inexistência de Previsão Legal – Descabimento da Instituição do Benefício	1424
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – Servidor Público – Demissão – Comissão Processante – Composição por Membro Não Estável – Não-Submissão à Avaliação Especial de Desempenho, Apesar do Transcurso dos Três Anos de Efetivo Exercício – Nulidade do Procedimento sem Prejuízo de Novo Processo – Reintegração do Agente Público	1427
DELEGACIA ESPECIALIZADA – Criança e Adolescente – Ação Civil Pública – Demanda Visando ao Funcionamento – Omissão do Estado – Ingerência do Poder Judiciário – Não-Ocorrência – Violação à CF e à Lei nº 8.069/90 – Possibilidade de Bloqueio das Contas do Ente Estatal	1431
SERVIDÃO ADMINISTRATIVA – Passagem Subterrânea de Tubulação de Esgoto Sanitário – Indenização Corretamente Dimensionada – Inexistência de Desapossamento da Área – Juros Compensatórios Não Incidentes	1435
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Responsabilidade Objetiva – Caracterização – Atestado de Idoneidade Moral – Informação Incorreta – Dano Moral – Indenização Devida	1438

Interesse Público

Ano XI - 2009 - Nº 57

Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juarez Freitas (PUC/RS, UFRGS,
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

Prof. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)

Prof. Carlos Ari Sundfeld (SBDP e FGV/SP)

Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)

Dr. Cezar Miola (Conselheiro do TCE/RS)

Prof. Clèmerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)

Prof. Cezar Brito (Presidente do Conselho Federal da OAB)

Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)

Prof. Fabrício Motta (IGDA)

Prof. Fernando Facury Scaff (UFPA)

Prof. Germana de Oliveira Moraes (UFC)

Prof. Heleno Taveira Tôrres (USP)

Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)

Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)

Prof. Igor Danilevicz (UFRGS e PUCRS)

Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)

Ministro José Augusto Delgado (STJ)

Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)

Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)

Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)

Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)

Prof. Paulo Affonso Leme Machado (UNIMEP)

Prof. Paulo Bonavides (UFC)

Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)

Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)

Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)

Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)

Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

Coordenador Geral

Prof. Alexandre Pasqualini
(IDARGS, AJURIS)

Editorial	9
------------------------	---

SEÇÃO DE ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO, PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL

Doutrina

Interpretação consequencialista e análise econômica do direito público à luz dos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade Alexandre Santos de Aragão	11
---	----

O serviço público no Brasil e seus impactos extra-normativos: aspectos econômicos e sociais das decisões judiciais Rogério Gesta Leal	31
---	----

Do direito à informação e a prerrogativa pública do sigilo: análise crítica do Projeto de Lei nº 5.228/09 Rita Tourinho	59
---	----

O dogma da discricionariedade administrativa: a tensão instaurada entre os poderes Judiciário e Executivo devido às políticas públicas de saúde no Brasil Têmis Limberger	77
---	----

Considerações sobre a Súmula Vinculante nº 10: transformação definitiva da interpretação conforme à Constituição em técnica decisória? Anderson Vichinkeski Teixeira	99
--	----

Comentários sobre as relações constitucionais do meio ambiente nos vinte anos da Constituição Federal Marco Túlio Reis Magalhães	115
--	-----

Consequências da mora da Administração Pública no pagamento ao contratante particular Raquel Dias da Silveira	135
---	-----

SEÇÃO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Doutrina

Breves considerações em torno da interpretação constitucional das normas de competência tributária (atributivas e desonerativas) Roberto Correia da Silva Gomes Caldas	157
--	-----

SEÇÃO DE DIREITO MUNICIPAL

Doutrina

Formas não tributárias de financiamento das cidades Vanêsa Buzelato Prestes	173
---	-----

SEÇÃO DE TRIBUNAIS DE CONTAS (CONTROLE EXTERNO)

Doutrina

Provas em prestações de contas: estudo de casos

César Augusto Hülsendeger 193

SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Acórdão na íntegra - STF	249
Acórdão na íntegra - TRF 1ª Região	257
Acórdão na íntegra - TRF 2ª Região	261
Ementário	265

Direito Tributário

Acórdão na íntegra - STJ	281
Ementário	287

Direito Municipal

Acórdão na íntegra - STJ	297
Ementário	303

Tribunais de Contas (Controle Externo)

Ementário	315
-----------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 321



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RESENHA ELEITORAL

Nova Série

2009

VOLUME 17

Florianópolis – Santa Catarina

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRESP, 3

ABREVIATURAS E SIGLAS, 7

DOCTRINA, 9

Coligações partidárias após a EC n. 52/2006 – PEDRO ROBERTO
DECOMAIN, **11**

A introdução das eleições biométricas no Brasil – GUSTAVO
MORMESSO DE ABREU, **35**

Arguição judicial da ausência de desincompatibilização de servidores
públicos municipais: análise à luz das eleições municipais –
CARLOS VALÉRIO GERBER WIETZIKOSKI, **47**

Considerações acerca da PEC n. 338/2009 – AYRTON DE MENDONÇA
TEIXEIRA, **71**

Direitos fundamentais aplicados à fidelidade partidária – FLÁVIA
QUEIROZ BARBOSA, **83**

Eleições e liberdade de imprensa – RENATA BEATRIZ DE FÁVERE, **113**

O exercício do direito de voto e a participação do preso provisório no
processo eleitoral na sociedade brasileira e catarinense – JULIANA
LOBO CAMARGO, **127**

O negócio da Justiça Eleitoral: processo eleitoral – GILBERTO KILIAN
DOS ANJOS, **151**

Perda de cargo eletivo oriunda de infidelidade partidária: uma questão
de hermenêutica constitucional – SIVANILDO DE ARAÚJO
DANTAS, **161**

Vida pregressa do candidato – RITA DE CÁSSIA G. LIMA DA CRUZ, **171**

ÍNDICE TEMÁTICO DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES, 179

ÍNDICE, 247

Revista
Bonijuris
DEZEMBRO/09

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXX

Registro de Marca - Idioma Estrangeiro
- Expressão Genérica (STJ)

Condomínio - Alteração da
Fachada por Condômino (TJ/DF)

Apresentação de Rol de Testemunhas
- Prazo para Oferecimento (STJ)

Quebra de Sigilo Bancário - Ausência de
Autorização Judicial - Prova Ilícita (STF)

Vigilante em Condomínio - Folguista
- Turno Ininterrupto de Revezamento (TST)

Conselho Regional de Medicina Veterinária
- Anotação de Responsabilidade Técnica (STJ)

Locação de Aparelhos Celulares
- Incidência de ICMS - Impossibilidade (TJ/PR)

LEGISLAÇÃO

Pág. LV

Emenda Constitucional nº 59/09 - Art. 76/ADCT
- Recurso da União Destinado ao Ensino - Art. 208/CF
- Obrigatoriedade do Ensino

Emenda Constitucional nº 61/09 - Art. 103-b/CF
- Mudança na Composição do Conselho Nacional
de Justiça

DOCTRINA

**ASCENSÃO E QUEDA DA ESTABILIDADE NO EMPREGO
NO BRASIL**

João Paulo de Souza Carneiro
Pág. V

**DO SOBRENOME
DO PADRASTO E DA MADRASTA – CONSIDERAÇÕES
A RESPEITO DA LEI 11.924/09**

Luiz Antonio Miguel Ferreira
Bruna Castelane Galindo
Pág. XIII

**TUTELA PENAL DE VALORES SUPRAINDIVIDUAIS? REFLEXÕES
A PARTIR DA IMPORTÂNCIA DA TEORIA DO BEM JURÍDICO
PARA A CIÊNCIA PENAL**

Bruno Rotta Almeida
Pág. XVI

**EXERCÍCIO DA CIDADANIA E INSTITUTOS CONSAGRADORES
DA SOBERANIA POPULAR: ABORDAGEM DOS EMPECILHOS
EXISTENTES NO ORDENAMENTO BRASILEIRO**

Maureen Cristina Sansana
Alexia Rodrigues Brotto
Pág. XX

LOCAL DA PRESTAÇÃO DO ISS

Raquel Cardoso Lopes
Pág. XXIV

DOCTRINA

Ascensão e Queda da Estabilidade no Emprego no Brasil	05
<i>João Paulo de Souza Carneiro</i>	
Do Sobrenome do Padrasto e da Madrasta – Considerações a Respeito da Lei 11.924/09	13
<i>Luiz Antonio Miguel Ferreira</i>	
<i>Bruna Castelane Galindo</i>	
Tutela Penal de Valores Supraindividuais? Reflexões a Partir da Importância da Teoria do Bem Jurídico para a Ciência Penal	16
<i>Bruno Rotta Almeida</i>	
Exercício da Cidadania e Institutos Consagradores da Soberania Popular: Abordagem dos Empecilhos Existentes no Ordenamento Brasileiro	20
<i>Maureen Cristina Sansana</i>	
<i>Alexia Rodrigues Brotto</i>	
Local da Prestação do ISS	24
<i>Raquel Cardoso Lopes</i>	

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Corretagem - Venda de Imóvel - Negócio Realizado Após o Prazo Previsto em Contrato (STJ) .	27
--	----

INTEIRO TEOR

Registro de Marca - Idioma Estrangeiro - Expressão Genérica (STJ)	30
Condomínio - Alteração da Fachada por Condômino (TJ/DF)	32
Apresentação de Rol de Testemunhas - Prazo para Oferecimento (STJ)	33
Quebra de Sigilo Bancário - Ausência de Autorização Judicial - Prova Ilícita (STF)	35
Vigilante em Condomínio - Folguista - Turno Ininterrupto de Revezamento (TST)	36
Conselho Regional de Medicina Veterinária - Anotação de Responsabilidade Técnica (STJ) .	39
Locação de Aparelhos Celulares - Incidência de ICMS - Impossibilidade (TJ/PR)	41

EMENTÁRIO

Civil - Comercial	44
Imobiliário	45
Processo Civil	47
Penal - Processo Penal	48
Trabalhista - Previdenciário	50
Administrativo - Constitucional	52
Tributário	53

LEGISLAÇÃO

Emenda Constitucional nº 59/09 - Art. 76/ADCT - Recurso da União Destinado ao Ensino - Art. 208/CF - Obrigatoriedade do Ensino	55
Emenda Constitucional nº 61/09 - Art. 103-b/CF - Mudança na Composição do Conselho Nacional de Justiça	55

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

Crimes Ambientais: a Incidência do Princípio da Insignificância	56
<i>Renato Marcão</i>	

EVENTOS/NOTÍCIAS	58
------------------------	----

REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001
STF Nº 34/2003
STJ Nº 56/2005

COEDIÇÃO:

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris
ISSN 1809-3256
Qualis C – Capes
Ano XXI - Nº 553
Edição Mensal - Dezembro/09

Editor
Jornalista Arnoldo Anater
(*in memoriam*)

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS
R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR
www.bonijuris.com.br

Administrativo - Comercial - Suporte de Informática
Fone-fax: (41) 3323-4020
E-mail: bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br

Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio

Fone: (41) 3322-3835
E-mail: juridico@bonijuris.com.br

Revista BRASILEIRA DE Ciências Criminais

Ano 17 • n. 80 • set.-out./ 2009

Coordenadora

ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Publicação oficial do



EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

I. DIREITO PENAL

1. Aproximações à teoria da exclusiva proteção de bens jurídicos no direito penal contemporâneo
FABIO ROBERTO DRUSQUOÁVILA 7
2. O princípio da proporcionalidade aplicado ao direito penal: fundamentação constitucional da legitimidade e limitação do poder de punir
FÁBIO ROQUE DA SILVA ARAÚJO 35
3. A constitucionalização do direito da criança no Brasil como barreira à redução da idade penal: visões de um neoconstitucionalismo aplicado
KARYNA BATISTA SPOSATO 80

II. PROCESSO PENAL

1. A utopia da verdade real: compreensão e realidade no horizonte da hermenêutica filosófica
FELIPE KIRCHNER 119
2. A execução antecipada da pena nos tribunais superiores brasileiros: os limites da garantia constitucional da presunção de não-culpabilidade
JOÃO PEDRO PEREIRA BRANDÃO 150
3. A regulamentação do sigilo das comunicações entre pessoas presentes e do sigilo profissional no direito processual penal chileno
MARCIO GERALDO BRITTO ARANTES FILHO 208

III. CRIME E SOCIEDADE

1. Breves notas sobre o abolicionismo penal
BRUNA ANGOTTI 247
2. A crise constitucional do estado contemporâneo: estado de exceção e repressão penal

BRUNO HERINGER JÚNIOR	280
3. Investigadores de papel. El papel de la policía judicial en la investigación de los delitos en la Ciudad de México ELENA AZAOLA GARRIDO E MIGUEL ÁNGEL RUIZ TORRES	323
4. O (in)visível tráfico de drogas: um estudo de sociologia das práticas jurídicas MARIANA RAUPP	346
5. Origen y fundamentos criminológicos de la mediación MIQUEL ÁNGEL NÚÑEZ PAZ	370
 IV. SEÇÃO ESPECIAL: DIREITOS HUMANOS	
1. Proibição de submissão a novo julgamento – regra do <i>ne bis in idem</i> – o sistema interamericano de direitos humanos e o direito comparado PRISCILA AKEMI BELTRAME	407
 V. SEÇÃO ESPECIAL: RESENHA	
1. Derecho administrativo sancionador: parte general, de Manuel Gómez Tomillo VÍCTOR GABRIEL RODRÍGUEZ	431
 VI. O DIREITO EM AÇÃO	
1. A inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 30 do Código Penal Militar FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH	439
 ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	
AUTORES	451
TEMAS	453
IBCCRIM – DIRETORIA DA GESTÃO 2009-2010.....	457
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	459

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO RBDP



ISSN 1678-7072

R. bras. de Dir. Público - RBDP	Belo Horizonte	ano 7	n. 26	p. 1-254	jul./set. 2009
---------------------------------	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Em busca da “impossibilidade” de contratação de advogados pelo Poder Público

Luciano Ferraz	9
1 Introdução.....	9
2 Fundamentação	11
3 Conclusão.....	16

Prescrição das ações indenizatórias contra o Poder Público e o Código Civil de 2002

Flávio de Araújo Willeman	19
I Introdução.....	19
II Prescrição das ações indenizatórias contra o poder público e o Código Civil de 2002.....	21
II.1 Prescrição de pretensão indenizatória de anistiado político	28

A fraternidade como categoria constitucional

Carlos Augusto Alcântara Machado	33
1 Considerações introdutórias	33
2 Liberdade, igualdade e fraternidade: evolução do constitucionalismo moderno	34
3 A dignidade da pessoa humana	41
4 O advento do constitucionalismo fraternal	46
Referências	52

A política de discriminação positiva enquanto instrumento de transformação social

Moema Santana Silva	55
1 Introdução.....	55
2 Princípio da socialidade.....	57
2.1 O princípio da socialidade enquanto paradigma de transformação do estado liberal	57
2.2 A fundamentalização dos direitos sociais e a socialização dos direitos clássicos.....	59
2.3 Dos deveres de legislação.....	61
2.4 A socialidade enquanto instrumento legitimador democrático da política inclusiva.....	63
3 Política de discriminação positiva.....	64
3.1 Histórico	64
3.2 Apresentação da política de discriminação positiva.....	67
3.2.1 Objetivos da política de discriminação positiva	67

3.2.2	Fundamentos justificadores da política	69
3.2.3	Modalidades de concretização	72
3.2.4	Importância da política no contexto social.....	73
4	Alguns exemplos de políticas afirmativas adotadas em Portugal tendentes à redução das desigualdades regionais	76
4.1	Regulamento do concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, aprovado pelo artigo 1º do decreto da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nº 26/2003.....	80
4.2	Regime SCUT (sem custo para o utilizador) – Portagens rodoviárias	82
5	Conclusão.....	84
	Referências	86

ADPF nº 144 e colisão entre democracia, moralidade e presunção de inocência: uma proposta de solução compatível com a unidade constitucional

Renato Rodrigues Gomes	91
I Introdução.....	91
II Análise da fundamentação do STF na ADPF nº 144/DF	95
§1 Argumento da “presunção de inocência” (CF, art. 5º, LVII)	95
1 Análise semântica do dispositivo	95
1.1 Dispositivos que obstam o argumento <i>a contrario</i>	97
1.2 Argumento <i>a contrario</i> : pressupostos indispensáveis	97
1.2.1 Primeira razão: ignora a semântica da palavra “presunção”	99
1.2.2 Segunda razão: ignora outras possibilidades semânticas da palavra “culpado”	102
2 Análise pragmática do dispositivo	117
2.1 Desconsideração da falibilidade humana: descumprimento dos deveres de fundamentação (CF, art. 93, IX) e de imparcialidade (CF, art. 5º, <i>caput</i>).....	119
2.1.1 Descumprimento do dever de fundamentação	121
2.1.2 Vício de imparcialidade no trato das partes	126
2.2 Depreciação das provas	127
2.3 Ineficácia das decisões judiciais (CF, art. 5º, XXXV).....	128
2.4 Precedência absoluta, abstrata e <i>a priori</i> da garantia fundamental da presunção da “inocência”	130
2.5 Perda de credibilidade no sistema jurídico	131
§2 Argumento da violação da separação de poderes, por ausência de critérios objetivos para avaliação da vida pregressa do cidadão	133
§3 Argumento da supremacia popular: cabe ao povo escolher o melhor representante (CF, art. 14, <i>caput</i>)	138
III Proposta de solução alternativa para a questão trazida pela ADPF nº 144/DF	139
§1 Argumento da dissociação: o caminho	141
§2 Proposta interpretativa para a CF, art. 5º, LVII: caminhar sem tropeços.....	142
IV Conclusão.....	143
Referências	146

La responsabilidad in vigilando del banco central por la supervisión del sistema financiero

Luis A. Ortiz Zamora	151
I Introducción	151

II	El sistema financiero nacional.....	152
III	Régimen de responsabilidad administrativa	158
IV	Conclusión.....	166

A textura aberta da linguagem na integração da norma jurídica: a contribuição da teoria hartiana

Magno Federici Gomes, Isabella Saldanha de Sousa	169
1 Introdução.....	169
2 A noção de lei em sentido amplo e a delimitação do objeto do direito, a partir do comando imposto pelo soberano.....	171
3 A impropriedade da identificação do ordenamento jurídico, a partir de ordens gerais baseadas em ameaças e do tratamento das nulidades como sanções.....	174
4 O fundamento do ordenamento jurídico: a regra de reconhecimento que faculta critérios para a identificação das normas jurídicas válidas	185
5 A textura aberta da linguagem e a interpretação do direito: a contribuição da teoria hartiana	192
6 Considerações finais.....	195
Referências	196

Reforma do Poder Judiciário

J. J. Calmon de Passos	199
-------------------------------------	-----

ANTEPROJETO

Comissão de juristas constituída pela Portaria nº 426, de 6 de dezembro de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Resultado final Anteprojeto de normas gerais sobre a Administração pública direta e indireta, as entidades paraestatais e as de colaboração.	217
---	-----

Índice	249
---------------------	-----

Instruções para os autores	255
---	-----

Revista Brasileira
de
ESTUDOS POLÍTICOS

NÚMERO: 96

FUNDADA EM 1956

JUL. - DEZ. 2007

ORLANDO MAGALHÃES CARVALHO [1910-1998]

FUNDADOR, IN MEMORIAM

PROF. DR. RONALDO TADÉU PENA

REITOR DA UFMG

PROF^ª. DR^ª. HELOISA MARIA MURGEL STARLING

VICE-REITORA

PROF. DR. JOAQUIM CARLOS SALGADO

DIRETOR DA FDUFGM

PROF^ª. DR^ª. SILMA MENDES BERTI

VICE-DIRETORA DA FDUFGM

PROF. DR. JOÃO BOSCO LEOPOLDINO DA FONSECA

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROF^ª. DR^ª. MARIA HELENA DAMASCENO E SILVA MEGALLE

SUBCOORDENADORA

PROF^ª. DR^ª. SILMA MENDES BERTI

DIRETORA DA RBEP

CONSELHO CIENTÍFICO EXTERNO

PROF. DR. JEAN CHRISTOPHE MERLE

FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE SAARBRÜCKEN - ALEMANHA

PROF. DR. JORGE MIRANDA

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - PORTUGAL

PROF. DR. JOSÉ HENRIQUE SANTOS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG - BELO HORIZONTE - BRASIL

PROF. DR. KLAUS GÜNTHER

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE FRANKFURT - ALEMANHA

PROF^ª. DR^ª. MARIA EFIGÊNIA LAGE DE RESENDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BELO HORIZONTE - BRASIL

PROF. DR. MICHEL RONSENFELD

BENJAMIN N CARDOZO SCHOOL OF LAW, YESHIVA UNIVERSITY - NOVA YORK - ESTADOS UNIDOS

PROF. DR. NELSON NOGUEIRA SALDANHA

FACULDADE DE DIREITO DA UFPE - RECIFE - BRASIL

PROF. DR. NEWTON BIGNOTTO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG - BELO HORIZONTE - BRASIL

PROF. DR. (D.H.C.) ODFRIED HÖFFE

FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE TÜBINGEN - ALEMANHA

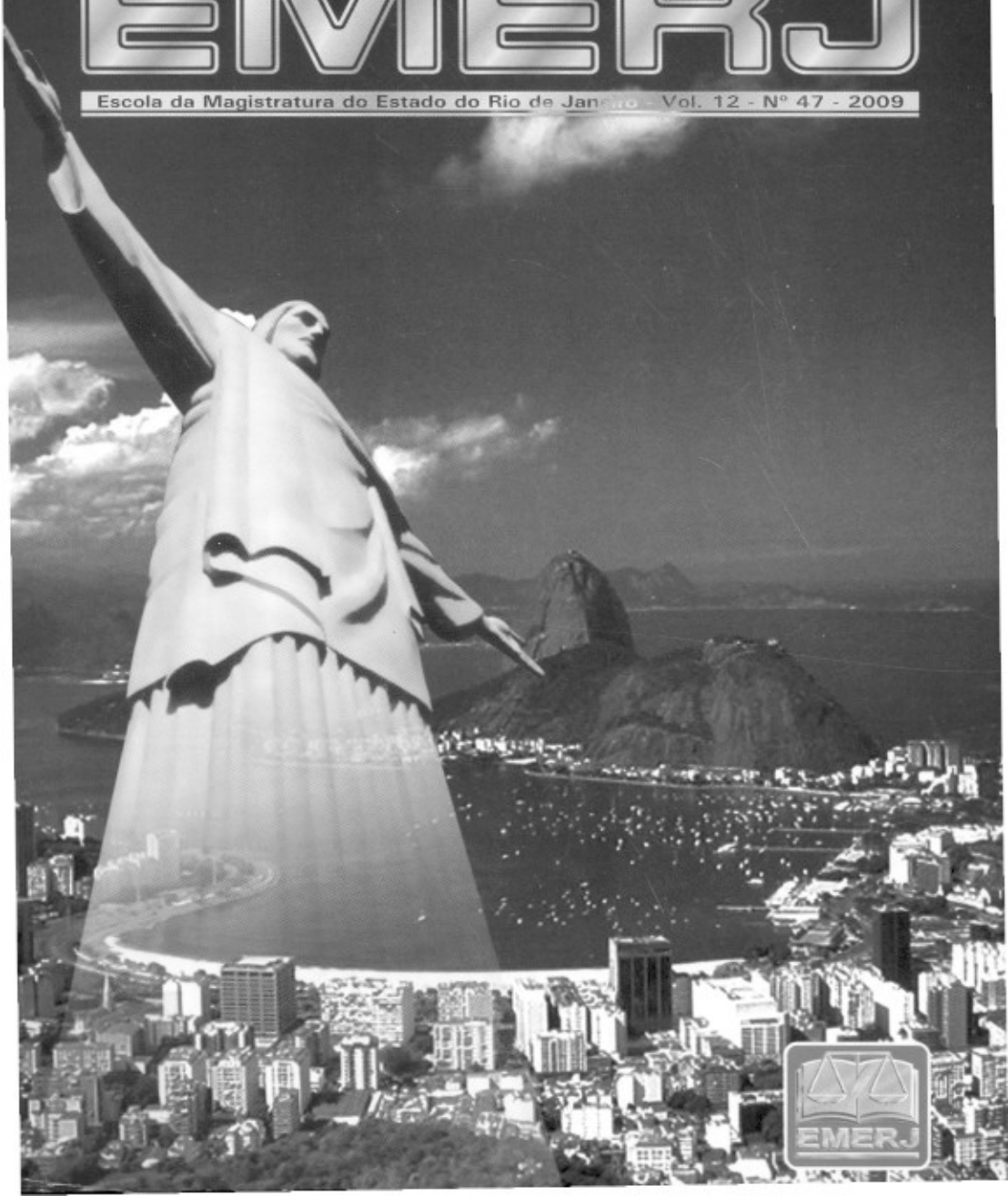
SUMÁRIO

Folk Psychology and The Law: Why behavioral science needs to replace folk psychology <i>Michel Lamport Commons & Patrice Marie Miller</i>	7
La Nozione di “Condotta Con Finalità Di Terrorismo” Secondo le Fonti Internazionali e la Normativa Italiana <i>Luigi Domenico Cerqua</i>	31
Interdisciplinarity in the Research and in the Teaching of Law: Fundamental concepts and innovations <i>Miracy Barbosa Sousa Gustin</i>	115
Biotecnologia e Bioética <i>José Geraldo de Freitas Drumond</i>	145
O Devido Processo Legal e Seus Principais Corolários: Contraditório e ampla defesa <i>Iara Menezes Lima</i>	161
A Racionalidade da Decisão Judicial Política <i>Cláudia Servilha Monteiro</i>	191
As Lacunas da Legislação: Inevitabilidade do Texto Normativo diante do Indeterminismo da Vida <i>Maria Helena Damasceno e Silva Megale</i>	219
Apuração do Imposto de Renda pelas Instituições Financeiras e a Sistemática da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa <i>Flávio Couto Bernardes</i>	263
Ampliação Dos Legitimados Ativos Na Constituinte De 1988: Revisão judicial e judicialização da política <i>Emani Rodrigues de Carvalho Neto</i>	293
Panorama das Situações Jurídicas Subjetivas Materiais no Direito Romano Pré-Clássico e Clássico <i>Ricardo Adriano Massara Brasileiro</i>	327
Kant e Kelsen <i>Ricardo Henrique Carvalho Salgado</i>	343
À Procura dos Princípios <i>Júlio Aguiar De Oliveira</i>	359
Judicial Systems in the World – Judicial Portraits: A study through time and space <i>Anne-Françoise Debruche</i>	381

Revista

EMERJ

Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - Vol. 12 - Nº 47 - 2009



Sumário

- Um Trabalho Rápido, Contínuo e Incessante** 17
Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos
Desembargador do TJ/RJ.
1. Introdução. 2. Sugestão para aprovação de novas súmulas na área Cível. 3. A grande facilidade de acelerar os julgamentos, tendo-se entendimento já pacificado pelas Câmaras.
- Propostas de Enunciados de Súmula** 31
Geraldo Prado
Desembargador do TJ/RJ.
Súmulas aprovadas pela Egrégia Seção Criminal a serem submetidas ao Egrégio Órgão Especial do TJ/RJ com suas justificativas.
- Notas às Súmulas Vinculantes Administrativas** 34
Nagib Slaibi Filho
Desembargador do TJ/RJ. Professor da EMERJ.
1. Introdução 2. A legalidade como expressão do liberalismo político. 3. O interesse público não exclui, antes exige o atendimento ao princípio da legalidade. 4. *Common Law* e *Civil Law*: racionalismo e empirismo. 5. A Súmula Vinculante n° 10 como reforço do princípio da legalidade. 6. Súmula n° 2 - bingos e loterias. 7. Súmula n° 3 - Processo administrativo no Tribunal de Contas da União. 8. Súmula n° 5 - Defesa por advogado em processo disciplinar. 9. Súmula n° 6 - Remuneração de praças prestadores de serviço militar inicial. 10. Súmula n° 11 - Uso de algemas. 11. Súmula n° 12 - Cobrança de matrícula nas universidades Públicas 12. Súmula n° 13 - Vedação ao nepotismo. 13. Conclusão.

Cartão de Crédito: Ações Propostas contra as Empresas, Titulares das Marcas (Bandeiras). Ilegitimidade Passiva

Marco Antonio Ibrahim

Desembargador do TJ/RJ.

1. Introdução. 2. Falta de regulamentação legal específica dos cartões. Disciplina pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Lei de Usura (Súmulas n° 283, 294 e 296 do STJ, Leis n° 4.595/64, n° 9.613/98 e 10.467/02, Lei Complementar n° 105/01, Instrução Normativa SRF n° 341/03 e Resolução n° 878 do Conselho Monetário Nacional). 3. A escassa literatura jurídica a respeito do tema. Jurisprudência dos Tribunais.

Os Desafios da Pena de Prisão e do Encarceramento Cautelar

Álvaro Mayrink da Costa

Desembargador (aposentado) do TJ/RJ. Professor da EMERJ e Presidente do Fórum Permanente de Execução Penal.

1. Introdução. 2. Tendência que procura construir o fundamento e a finalidade da pena como instrumento estatal de reação punitiva. 3. A primeira prisão em Londres surgiu em 1552 para recolher vagabundos, obrigados a ali trabalhar. Em 1840 surge a prisão de Nolkfold da Austrália. Era um pilar da execução penal, mas a teoria da prisão é uma exigência traumática, embora imprescindível, porque com finalidade socialmente útil. Sua teoria é um mar de questionamentos. 4. Pode-se afirmar que atualmente se procura aperfeiçoá-la, quando imprescindível, e substituí-la quando oportuno e possível por penas alternativas. 5. Como revisão do sistema punitivo pensou-se na recuperação, na ressocialização, readaptação, emenda, reinserção, reeducação, para salvar o delinquente. 6. Os males da prisão são visíveis, um episódio trágico

no atual estágio brasileiro. 7. A criminalidade é um acontecimento normal, contudo, vulgarizado. 8. A resposta penal deve ser proporcional ao juízo de reprovação do autor pela prática do ato punível, mas a pena deveria ser menos coercitiva e mais pedagógica. 9. No âmbito da execução da pena, operamos o Direito Penitenciário com o Direito Penal executivo, ou Direito de Execução Penal. Este último, com 14 princípios que resumimos no texto. 10. Em suma, a pena de prisão, sempre combatida, possui diminuta força intimidatória. 11. Ninguém quer ver a prisão. É ela deletéria e não educa, não socializa, mas estigmatiza. 12. O Estado não cumpre o art. 88 da Lei de Execução Penal. 13. A pessoa pode perder tudo na vida, só não pode perder a esperança na vida e na liberdade.

Globalização, Monopolaridade e Assimetria Reversa

Reis Friede

Desembargador Federal e Professor Adjunto da UFRJ. Mestre e Doutor em Direito Público.

1. Introdução. 2. A bipolaridade confrontativa e a distensiva. As relações EUA-URSS e o equilíbrio militar obtido. 3. O “mito da repressão americana”. 4. Assimetria reversa.

85

O Abuso de Direito na Concessão de Crédito - O Risco do Empreendimento Financeiro na Era do Hiperconsumo

Cristina Tereza Gaulia

Desembargadora do TJ/RJ. Mestre em Direito pela UNESA. Professora de Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil na UNESA, EMERJ e EMES.

I - Introdução. II - A autoidentificação do homem no cenário social pós-moderno. III. O novo “cogito” ou como todos podem ser Gisele Bündchen. IV. O toque de Midas do

94

indivíduo rumo ao sucesso. V. Oferta e publicidade. VI. As leis principiológicas - do problema às soluções possíveis. VII. Conclusão.

Conflito Aparente de Normas.

Art. 40, Inc. IV, da Lei n° 11.343 e o Estatuto do Desarmamento

Vinicius Marcondes de Araújo

Juiz de Direito do TJ/RJ.

1. Introdução. 2. O Crime de Tráfico de drogas com utilização de arma de fogo. 3. A causa de aumento da pena em normas distintas. 4. Não se nota que o tema já tenha sido tratado na Jurisprudência, e a Doutrina ainda não se ocupou dele. 5. O conflito aparente de normas: pressupostos da ocorrência do concurso aparente: a) unidade de fatos; b) pluralidade de normas que identificam o mesmo fato como delituoso. 6. Os princípios da consunção, da subsidiariedade e da especialidade. 7. O emprego do verbo “empregar” (a arma) e de “ter” arma em depósito. 8. Do cerne da controvérsia - Interpretação do verbo “empregar”. 9. Conclusão.

124

Aspectos Pontuais da Guarda Compartilhada

Francisco Messias Neto

Professor Substituto da UFF. Defensor Público no Rio de Janeiro.

1. Introdução. 2. Do poder familiar e seu conceito. 3. Da guarda - conceito. 4. Da guarda - natureza jurídica. 5. Da guarda unilateral, compartilhada e alternada: a) Guarda unilateral. b) Guarda conjunta ou compartilhada. c) guarda alternada ou pendular. 6. Da responsabilidade dos pais pelos danos causados por seus filhos menores. 7. Alimentos na guarda compartilhada. 8. Visitação na guarda compartilhada. 9. Do Direito de fixar a residência dos filhos na guarda compartilhada. 10. Das sanções

131

pelo descumprimento de cláusulas pactuadas na guarda compartilhada. 11. Competência para as ações de guarda compartilhada. 12. Conclusão.

O Modelo Norte-Americano de Agências Reguladoras e sua Recepção pelo Direito Brasileiro

Rafael Carvalho de Resende Oliveira

Professor de Direito Administrativo da EMERJ. Procurador do Município do Rio de Janeiro.

1. Plano de trabalho. 2. Origem e evolução das agências reguladoras nos EUA. 3. Quadro político-jurídico brasileiro: Condições favoráveis à “agencificação” do Direito Administrativo. 4. A recepção do modelo norte-americano de agências reguladoras independentes e a necessidade de aclimatação: dificuldades e possibilidades. 4.1. Dificuldades: a) Diferenciação dos momentos americano e brasileiro; b) Resistências legais e políticas à autonomia reforçada das agências no cenário brasileiro. 4.2. Possibilidades. 5. Conclusão.

157

Da Imunidade dos Entes Autárquicos em Relação ao IPTU de Imóveis Desafetados de suas Finalidades Essenciais

Afrânio Carlos Moreira Thomaz

Procurador do Banco Central do Brasil. Professor de Direito Empresarial da Pós-Graduação da Universidade Candido Mendes.

1. Introdução. 2. O art. 150, VI, “a” da Constituição Federal. 3. Vedação que caracteriza verdadeira imunidade tributária recíproca autoexecutável. 4. A isonomia das pessoas políticas por não se pressupor uma supremacia entre elas. 5. Imunidade apenas quanto a impostos, ressaltando-se, portanto, taxas, contribuições, empréstimos compulsórios. 6. Extensão às autarquias. 7. As atribui-

177

ções do BACEN (art. 9º, 10º e 11 da Lei nº 4.595/64). 8. Jurisprudência do STJ e do TRF, 1ª e 2ª Região.

Interrogatório por Videoconferência

Ronaldo Saunders Monteiro

Mestrando da Universidade Estácio de Sá

1. A década de 1990 e as primeiras manifestações sobre a possibilidade de tomada de depoimentos com videoconferência. 2. As dúvidas levantadas sobre violação do direito fundamental de ampla defesa. 3. A Lei Federal nº 11.900, de 8/1/2009. 4. A visão sob a ótica estatista e as medidas mais urgentes a serem tomadas para evitar fugas, resgates, despesas orçamentárias. 5. A anterior permissão para adoção da medida na Lei 11.792/2003. 6. A solução indicada para o deslocamento com segurança dos agentes do Estado até o estabelecimento prisional. 7. A Doutrina de Tourinho Filho e a de Guilherme Nucci sobre o direito “primário e absoluto” da ampla defesa. 8. O Pacto sobre Direitos Civis e Políticos adotado por Resolução de Assembleia da O.N.U., em 1966 e a Convenção Americana em São José da Costa Rica em 1969.

190

Prescrição das Ações Indenizatórias contra o Poder Público e o Código Civil de 2002

Flávio de Araújo Willeman

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Candido Mendes, da EMERJ e FGV-Rio.

I. Introdução. II. Prescrição das ações indenizatórias contra o Poder Público e Código Civil/2002. II. 1. Prescrição de pretensão indenizatória de anistiado político.

197

O Ideário Democrático na Interpretação Constitucional: Estudo de Caso

André Felipe Alves da Costa Tredinnick

Juiz de Direito do TJ/RJ.

215

1. Introdução. 2. Desenvolvimento da tese: A norma do artigo 96, I, "a" da Constituição Federal de 1988. Seu significado. 3. A compreensão da norma jurídica constitucional do artigo 96, I, "a", primeira parte. 3.1. Uma breve noção acerca da evolução da interpretação da norma jurídica em geral, e da constitucional em particular. 3.2. A utilização dos métodos tradicionais de interpretação para a compreensão do significado do termo "tribunal", inserido no artigo 96, I, "a", primeira parte, da Constituição Federal. 3.2.1. Os métodos gramatical, lógico e sistemático. 3.2.2. O método histórico. 3.2.3. O método teleológico e o axiológico. 3.3. A utilização dos métodos de interpretação constitucional específicos, para a compreensão do significado do termo "tribunal", conforme inserido no artigo 96, I, "a", primeira parte, da Constituição Federal. 4. A sociedade aberta interpreta a Constituição. A democracia como anseio natural do ser humano. 5. A E.C. nº 7, de 11 de março de 1999, do Estado de São Paulo. 6. As opiniões contrárias à tese exposta. 7. A ação direta de inconstitucionalidade n. 2.012-9. 8. Análise crítica dos votos dos Ministros.

O Litisconsórcio Necessário "Facultativo" na Ação de Embargos à Arrematação à Luz do Princípio da Instrumentabilidade Substancial das Formas

245

Daniel Roberto Hertel

Advogado e Professor Pós-graduado em Direito Público e em Direito Processual Civil da Faculdade Cândido Mendes de Vitória.

1. Introito. 2. Tipos de litisconsórcio. 3. A defesa do devedor e a ação de embargos à arrematação. 4. O princípio da instrumentabilidade substancial das formas e o litisconsórcio necessário facultativo nos embargos à arrematação. 5. Considerações finais.

Análise Crítica da Atuação do Poder Judiciário em Relação aos Benefícios da Seguridade Social

Carlos Cortes Vieira Lopes

Procurador Federal.

1. Introdução. 2. Breves noções acerca da Seguridade Social. 3. A separação das funções de poder (art. 2º da CRFB/1988). 4. Análise de casos concretos. 5. Teses novas favoráveis ao INSS e pouco acolhidas. 6. Conclusão.

268

Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (Gás de Cozinha) e o Princípio Consti- tucional da Livre Iniciativa

Rodrigo José Meano Brito

Juiz de Direito do TJ/RJ.

1. Introdução. 2. A atividade econômica de distribuição de gás liquefeito de petróleo e o regime da livre iniciativa. 3. A fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo pela Agência Nacional do Petróleo - ANP. 4. Conclusão.

282

OAB

**REVISTA DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL**

ISSN 1516-1331

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ANO XXXVII - Nº 86 – JANEIRO/JUNHO 2008

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
-------------------	----

DOCTRINA

Artigos

Primeiras observações sobre os efeitos da unificação das obrigações civis e mercantis no Código Civil Brasileiro <i>Gerson Luiz Carlos Branco</i>	17
--	----

A Defesa da constitucionalidade das pesquisas com células-tronco embrionárias <i>Luís Roberto Barroso</i>	41
--	----

Suicídio involuntário e tendência pretoriana <i>José Rogério Cruz e Tucci</i>	65
--	----

Aborto de feto portador de malformação incompatível com a vida extra-uterina: um dilema da mulher brasileira contemporânea <i>Carla Ferreira Lopes da Silva Queiroz</i>	73
--	----

ATOS NORMATIVOS

Provimento nº 124, de 11 de março de 2008.....	85
Resolução nº 001, de 09 de junho de 2008	86

JULGADOS DO CONSELHO FEDERAL

Conselho Pleno

Inviolabilidade do local de trabalho do advogado.....	89
Quebra do sigilo das comunicações telefônicas	94
Lista Tríplice de candidatos à vaga do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.....	112
Proposta de cancelamento da Súmula Vinculante nº 05 do STF	118

Órgão Especial

Isenção do pagamento de contribuições e anuidades	133
Alterações contratuais de sociedade de advogados registradas na OAB....	137
Interpretação do art. 30, inciso I, da Lei 8.906.....	153
Vedação do exercício da advocacia privada por defensores públicos no Estado de Tocantins.....	157
Uso de expressões ofensivas. Dever de urbanidade.....	164

Primeira Câmara

Cargo de Agente Fiscal de Tributos. Incompatibilidade.....	168
Deferimento de inscrição principal Agente de Administração Previdenciária.....	172
Pedido de inscrição definitiva. Policial Militar na reserva.....	175
Pedido de inscrição. Bacharel em Direito. Militar reformado.....	179
Cargo vinculado a atividade penitenciária. Incompatibilidade.....	181
Inscrição principal. Técnico previdenciário. Incompatibilidade.....	185
Atividade policial. Licenciamento. Incompatibilidade.....	189
Servidor Público Federal. Cancelamento de inscrição.....	192
Desagravo público. Falta de convencimento. Inexistência de prova.....	196
Assessor do Procurador de Justiça. Incompatibilidade.....	199
Delegado de Polícia. Cargo incompatível.....	206
Desagravo. Submissão de advogado a detector de metais.....	210
Atividade fazendária. Técnico do Tesouro. Incompatibilidade.....	214
Recurso contra deferimento de inscrição. Fiscal municipal de atividades econômicas.....	217

Segunda Câmara
Primeira Turma

Prescrição intercorrente. Não configuração.....	222
Punição. Retenção indevida de valores.....	226
Representação contra advogado. Nulidade. Novo julgamento.....	228
Captação de clientela. Aplicação de pena compatível.....	232
Processo disciplinar. Ilegitimidade de sociedade de advogados.....	237
Pagamento de anuidade. Cancelamento da pena de suspensão.....	241
Infração ético-disciplinar. Pena de advertência.....	244
Pedido de extinção de punibilidade. Não conhecimento	249
Prescrição. Prazo de cinco anos.....	252
Representação contra advogado. Conduta antiética. Improcedência.....	254
Retenção indevida dos autos. Pena de suspensão.....	260
Apropriação indébita. Declaração sem validade para efeitos fiscais.....	263

Segunda Turma

Suspensão preventiva. Prazo exaurido de medida cautelar.....	267
Ausência de prestação de contas. Quitação de débito.....	272
Abandono de causa sem comunicação ao cliente.....	277
Captação de clientela. Infração Disciplinar.....	280
Transgressão de norma disciplinar. Advogado que ingressa em autos onde existem advogados constituídos	283
Processo de exclusão por infração dos Arts. XXV e XXVII do Estatuto.....	288
Pedido de revisão. Improcedência.....	291

Pedido de revisão. Ausência de pressupostos legais de admissibilidade...	293
Representação Disciplinar. Imputação de fato criminoso à terceiro.....	296
Cerceamento de defesa. Exercício regular da ampla defesa e do contraditório.....	300
Falta de prestação de contas. Pena de suspensão.....	303
Prescrição à pretensão punitiva. Não ocorrência.....	306
Prescrição à pretensão punitiva. Ocorrência.....	310
Inexistência de nulidades no processo. Defesa apresentada.....	313
Prestação de contas. Infração. Pena de censura.....	316
Pedido de recorrência. Prazo. Não conhecimento.....	322
Infração disciplinar. Emprego de expressões ofensivas.....	325
Pedido de revisão. Necessidade de notificação.....	330
Captação de clientela. Conduta incompatível com a advocacia.....	332
Atuação de advogado como procurador em negócio jurídico. Responsabilidade de ordem ética.....	336
Não ajuizamento de reclamação trabalhista. Prescrição da pretensão de ressarcimento. Conduta culposa.....	341
Processo disciplinar. Pedido de adiamento de audiência. Tempestividade.....	344
Consulta em caso concreto. Decisões anuladas.....	350
Representação. Juízo de admissibilidade. Ausência dos pressupostos legais.....	353
Recurso. Contrariedade do direito de ampla defesa. Cabimento.....	357
Inadimplência. Aplicação de pena de suspensão. Cabimento.....	360

Terceira Turma

Retenção de honorários. Locupletamento.....	364
Cerceamento de defesa. Inexistência.....	367
Violação do art. 2º do Código de Ética. Advertência.....	371
Embargos de declaração. Pena de suspensão.....	373
Advogado. Inadimplência. Infração disciplinar.....	375
Cerceamento de defesa. Anulação de processo.....	378
Representação disciplinar. Arquivamento de processo. Ofensa ao princípio do juiz administrativo natural.....	380
Nulidade absoluta de julgamento. Decretação de ofício.....	385
Notificação de representante. Inexistência de cerceamento de defesa.....	388
Cerceamento de defesa. Inexistência.....	391
Prestação de contas e abandono de causa. Representação julgada improcedente.....	394
Infração comprovada. Obrigação ética de expor a verdade.....	399
Infração comprovada. Pena de censura.....	401
Recurso contra decisão unânime. Preliminar de prescrição. Inexistência.....	403
Pedido de revisão. Incompetência para julgamento.....	405
Atividade policial. Incompatibilidade com a advocacia.....	407
Revisão de processo ético-disciplinar. Necessidade de instauração na Seccional de origem.....	410

Terceira Câmara

Recurso. Isenção de pagamento de anuidade.....	414
Alteração contratual. Inadimplência de sócio.....	418

MEMÓRIA

Notícias

Secretário do MJ entrega a OAB estudo defendendo MP 416.....	427
Lista sêxtupla da OAB não mudará em nenhuma hipótese.....	427
Fórum da Advocacia Pública Federal defende Exame da OAB.....	428
FIDA – Apoio Corporativo.....	428
Corte de 13 mil vagas é fato positivo que visa a qualidade.....	428
Pelo Quinto Constitucional.....	429
OAB convida para reativação do Fórum para a Reforma Política.....	430
OAB e CNJ: parceiras para incrementar processo eletrônico.....	430
O Presidente da OAB vai à posse de Gilmar Mendes na Presidência do STF.....	431
IV SENAJE - Seminário Nacional de Juizes, Promotores e Advogados Eleitorais.....	431
Colégio de Presidentes se reúne em Bento Gonçalves / RS.....	431
Revista Eletrônica do Conselho Federal da OAB – Atualidades Jurídicas.....	432
Projeto de Visitação Institucional.....	432

Documentos

- Íntegra do pronunciamento do presidente nacional da OAB ao discursar em nome da advocacia na posse do presidente do STF, Gilmar Mendes.....434
- Carta de Bento Gonçalves – Colégio de Presidentes.....440

OAB

REVISTA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ISSN 1516-1331

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM
DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ANO XXXVII - Nº 87 – JULHO/DEZEMBRO 2008

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
---------------------------	----

DOCTRINA

Artigos

Garimpagem – análise da legislação do Brasil face à exploração artesanal nos direitos francês e africano

Cristina Campos Esteves e Hildebrando Herrmann.....15

Da divulgação de informações sobre o contribuinte na imprensa jornalística em face dos direitos constitucionalmente assegurados na Carta de 1988

Simone Cristine Araújo Lopes.....45

Validez extraterritorial de la convención matrimonial en el derecho internacional privado brasileño y argentino: un breve paralelo

Luciane Klein Vieira.....63

A indispensabilidade do advogado e honorários na justiça do trabalho: anteprojeto da OAB/RJ

Benedito Calheiros Bomfim.....87

O processo de julgamento dos Inconfidentes sob a ótica da legislação atual

Ida Angélica Ribeiro.....97

Globalização versus Monopolaridade

Reis Friede.....111

ATOS NORMATIVOS

Instrução Normativa nº 01/2008 – CNEJ, de 06 de dezembro de 2008 .121

Provimento nº 126, de 07 de dezembro de 2008.....128

Provimento nº 127, de 07 de dezembro de 2008.....129

Provimento nº 128, de 08 de dezembro de 2008.....131

Provimento nº 129, de 08 de dezembro de 2008132

JULGADOS DO CONSELHO FEDERAL

Conselho Pleno

Advogados dativos e advogados voluntários. Pagamento de honorários e outras questões.....137

Proposta para realização de pesquisas e estudos sobre ameaças à soberania nacional.....152

Projeto de Lei nº 6.542/2006. Competências da Justiça do Trabalho referentes à relação de trabalho155

Projeto de apoio e consolidação de métodos extrajudiciais para solução de conflitos comerciais161

Proposta de ajuizamento de Ação Popular. Restrições quanto ao anúncio de bebidas alcoólicas167

Órgão Especial

Atos privativos de advogado em procedimentos judiciais distintos ..176

Primeira Câmara

Segundo Secretário da Câmara Municipal. Licenciamento. Incompatibilidade para o exercício da advocacia182

Vice-prefeito. Incompatibilidade para o exercício da advocacia184

Recurso. Cancelamento de inscrição. Advogado ocupando cargo de Auditor Interno do Poder Executivo190

Exigência de preparo nos recursos. Ilegalidade193

Cargo comissionado de Ouvidor Geral Municipal. Incompatibilidade.....197

Assistente Social vinculado à atividade penitenciária. Incompatibilidade ao exercício da advocacia204

Exercício da advocacia por servidor do Tribunal de Contas. Impossibilidade. Inteligência do Art. 28, II do EAOAB	208
Servidor da Procuradoria Geral da Justiça. Impossibilidade para o exercício da advocacia	211

Pedido de inscrição definitiva de Agente Vistor da Prefeitura Municipal de São Paulo. Poder de polícia. Incompatibilidade	215
---	-----

Cargo de assessoramento sem poder de decisão. Impedimento.....	218
--	-----

Coordenadora do PROCON. Exercício de função com poder de decisão em caráter temporário. Incompatibilidade	220
---	-----

Inscrição originária de exame de ordem. Dispensa. Conclusão do curso antes da Lei 8.906/94	224
--	-----

Inscrição principal. Agente Fiscal Municipal. Lotação temporária em outra função. Incompatibilidade	228
---	-----

Segunda Câmara

PRIMEIRA TURMA

Recurso extemporâneo. Não conhecimento. Incidente de falsidade....	232
--	-----

Divergência. Percentual de honorários. Contrato verbal.....	236
---	-----

Suposta retenção de valores. Comprovação de pagamento. Inexistência de infração.....	239
--	-----

Conduta incompatível com a advocacia. Cobrança imoderada de honorários.....	242
---	-----

Intimação. Defesa prévia em processo disciplinar. Nulidade.....	244
---	-----

Preliminar de ocorrência de prescrição da pretensão punitiva.....	248
---	-----

Preliminares. Rejeição. Ausência de prejuízo e cerceamento de defesa e contraditório.....	251
---	-----

Prescrição. Não incidência. Causa interruptiva.....	258
---	-----

Processo disciplinar. Revisão processual. Improvimento.....	261
---	-----

SEGUNDA TURMA

Instauração de processo ético disciplinar. Prescrição.....	264
Inércia na prestação dos serviços contratados.....	266
Prescrição da pretensão punitiva. Reconhecimento. Dever do julgador.....	269
Recurso. Pressupostos de admissibilidade. Arquivamento liminar de representação.....	273
Processo disciplinar. Exclusão dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Direito a ampla defesa.....	277
Violação ao Código de Ética. Patrono. Infração não verificada.....	281
Representação de advogado constituído em procuração. Ausência de provas	285
Prescrição da pretensão punitiva. Não ocorrência.....	287
Processo disciplinar. Ausência de ajuizamento de ação judicial. Honorários recebidos. Valores não restituídos.....	291
Infração disciplinar. Apropriação de dinheiro do cliente.....	298
Alegação de cerceamento de defesa. Improcedência.....	302
Captação e causas mediante anúncios em rádio.....	304

TERCEIRA TURMA

Nulidade do processo. Ausência de nomeação de curador.....	306
Processo disciplinar. Inexistência de provas.....	312
Infração disciplinar. Hipótese de angariação de clientela. Afastamento. Pena de censura.....	317
Falta de zelo no exercício da profissão. Inexistência de provas.....	323

Falta de prestação de contas.....	326
Inépcia profissional. Necessidade de reiteração. Inocorrência.....	329
Suspensão do exercício profissional. Inadimplência.....	331
Ausência de prestação de contas.....	333
Prescrição. Inocorrência do prazo.....	335
Instauração de processo disciplinar. Infração prevista no art. 34 do EAOAB.....	339
Locupletamento. Falta de intimação. Nulidade.....	341

Terceira Câmara

Solicitação. Auxílio cesta básica, auxílio mensal e auxílio extraordinário.....	344
---	-----

MEMÓRIA

Notícias

Dia do advogado – ênfase na aprovação de Lei 11.767/08.....	351
OAB e Banco do Brasil lançam cartão afinidade para advogados brasileiros.....	351
Seminário “O Quinto Constitucional e a promoção da Justiça”.....	352
Praça da Cidadania	352
Participação da OAB na sessão de posse da nova diretoria do STJ.....	352
Realização da Conferência Nacional para Superação da Violência e Promoção da Cultura e da Paz.....	352
Morre na Bahia jurista J. J. Calmon de Passos.....	353
Seminário “A Criminalização da Pobreza, das Lutas e Organizações dos Trabalhadores”.....	353

Em defesa do Quinto Constitucional – Lista Sêxtupla – Impasse no STJ...354

XX Conferência Nacional354

Campanha Nacional de Defesa das Prerrogativas Profissionais dos Advogados.....355

Documentos

Íntegra do discurso proferido, de improviso, na sessão em celebração ao Dia do Advogado, pelo presidente nacional da OAB, Cezar Britto.....357

Íntegra da Lei nº 11.767 que garante a inviolabilidade dos escritórios de advocacia360

Íntegra do discurso do Presidente Nacional da OAB na posse do Ministro Cesar Asfor Rocha, no STJ362

Íntegra da carta de compromisso contra a violência e pela paz divulgada pela OAB, CNBB e AJUFE.....367

Íntegra da Carta de Brasília, aprovada no Seminário “A Criminalização da Pobreza, das Lutas e Organizações dos Trabalhadores”368

Íntegra da Carta de Natal aprovada ao final da XX Conferência Nacional dos Advogados371

Revista de DIREITO AMBIENTAL

Ano 14 • n. 55 • jul.-set./ 2009

Publicação oficial do



Fundadores e coordenadores eméritos

**ANTÔNIO HERMAN V. BENJAMIN e
ÉDIS MILARÉ**

Coordenadores

**ELADIO LECEY
SÍLVIA CAPPELLI**

Repertório de jurisprudência autorizado pelos
Tribunais Regionais Federais das 1.^a, 4.^a e 5.^a
Regiões.

I. DOCTRINA NACIONAL

- | | |
|--|-----|
| 1. O dever legal de adquirir matéria-prima mineral de atividade licenciada
ALEX FERNANDES SANTIAGO | 9 |
| 2. Perspectivas para a regulamentação da nanotecnologia no Brasil: uma abordagem jurídico-ambiental sobre o conteúdo da análise de riscos
CAROL MANZOLI PALMA | 15 |
| 3. Considerações acerca do direito fundamental ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado
DANIELA VASCONCELLOS GOMES | 25 |
| 4. Sistema constitucional brasileiro de gerenciamento dos riscos ambientais
DÉLTON WINTER DE CARVALHO | 52 |
| 5. Poluição luminosa nas cidades
LEONARDO CASTRO MAIA | 76 |
| 6. O sobreprincípio da soberana qualidade de vida
LILIAN MENDES HABER | 87 |
| 7. Algumas considerações acerca do Código Ambiental de Santa Catarina
NOEL ANTONIO TAVARES DE JESUS | 118 |
| 8. A destinação dos bens apreendidos em crimes ambientais na Amazônia
PAULO BARRETO, MARÍLIA MESQUITA E
HUGO LEONARDO PÁDUA MERCÊS | 136 |
| 9. A função socioambiental da CFEM (compensação financeira por exploração de recursos minerais)
ROMEU THOMÉ | 175 |

10. Educação ambiental, Constituição e legislação: análise jurídica e avaliação crítica após dez anos de vigência da Lei 9.795/1999

WILSON STEINMETZ 189

II. JURISPRUDÊNCIA

1. Superior Tribunal de Justiça

Meio ambiente – Fiscalização – Omissão de órgão estadual no exercício de polícia administrativa – Autuação lavrada pelo Ibama – Admissibilidade – Atividade desenvolvida pelo fiscalizado potencialmente lesiva a bem da União – Poder fiscalizatório que é comum aos órgãos do meio ambiente das diversas esferas da Federação – STJ – AgRg no REsp 711.405/PR – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Humberto Martins* 203

Ação civil pública – Meio ambiente – Dano ambiental – Prova – Perícia – Inversão do ônus probatório – Admissibilidade – Agente que cria ou assume o risco de causar danos ecológicos, passa a ter o dever de repará-los, transferindo-se a ele todo o encargo de provar de que sua conduta não foi lesiva ao meio ambiente – Inteligência do art. 6.º, VIII, da Lei 8.078/1990 e do art. 18 da Lei 7.347/1985 – STJ – REsp 1.049.822/RS – 1.ª T. – m.v. – rel. Min. *Francisco Falcão* 208

Ato administrativo – Licença ambiental – Suspensão da autorização em razão de disputa judicial possessória quanto à sobreposição de área onde estão localizados os recursos florestais – Admissibilidade – Ato discricionário do administrador amparado por normas legais – STJ – RMS 25.267/MT – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Eliana Calmon* 229

Meio ambiente – Infração ambiental – Queimada de pastagem não autorizada – Recurso especial – Interposição visando ao reconhecimento da ilegalidade da aplicação da multa com base no art. 14, I, da Lei 6.938/1981 – Inadmissibilidade – Divergência jurisprudencial não demonstrada – Inteligência do art. 105, III, c, da CF; do art. 541, parágrafo único, do CPC; e do art. 255 do RISTJ – STJ

– REsp 1.000.731/RO – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Herman Benjamin* 234

Competência – Ação civil pública – Dano ambiental – Vazamento de óleo combustível após rompimento de duto subterrâneo em píer – Demanda interposta pelo Ministério Público Federal – Julgamento afeto à Justiça Federal – Inteligência da Súmula 150 do STJ; Legitimidade *ad causam* – Ação civil pública – Dano ambiental – Ministério Público Federal – Vazamento de óleo combustível após rompimento de duto subterrâneo em píer – Demanda interposta pelo *Parquet* federal – Admissibilidade – Notoriedade do interesse da União no que diz respeito a portos, em face do monopólio que exerce sobre tal atividade – STJ – REsp 1.057.878/RS – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Herman Benjamin*..... 238

2. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ação direta de inconstitucionalidade – Meio ambiente – Lei estadual, de iniciativa parlamentar, que modifica área de preservação permanente, rebaixando o grau de proteção ecológica sobre a área e criando, a partir dela, novas unidades de conservação – Inconstitucionalidade – Matéria de iniciativa do Poder Executivo – Imprescindibilidade, ademais, da realização de Estudo de Impacto Ambiental para a realização das modificações pretendidas pela norma local – Violação aos arts. 5.º, 24, 111, 144, 191 e 196 da Constituição do Estado de São Paulo – TJSP – ADIn 153.336-0/5-00 – Órgão Especial – v.u. – rel. Des. *Mário Devienne Ferraz* 252

III. TRABALHOS FORENSES

1. Ação civil pública e sentença que determina a proibição do uso do fogo na Amazônia
ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES; MERI CRISTINA AMARAL GONÇALVES; PAULO HENRIQUE BRITO; MARCO AURÉLIO RIBEIRO; RICARDO GRALHA MASSIA; ADENILSON DE SOUZA; NELMA ARAÚJO MELO DE SIQUEIRA; MARCOS ANTONIO GALINA E PATRÍCIA DE AMORIM RÉGO 273
2. Responsabilização administrativa do agente público por falhas no licenciamento ambiental
RODRIGO TIMÓTEO DA COSTA E SILVA E FELÍCIO PONTES JR..... 327

IV. LEGISLAÇÃO

1. Decreto 6.874, de 05.06.2009 – Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – PMCF, e dá outras providências..... 349
2. Decreto 6.925, de 06.08.2009 – Dispõe sobre a aplicação do art. 19 do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgado pelo Decreto 5.705, de 16.02.2006, e dá outras providências. 352
3. Lei Estadual (SP) 13.576, de 06.07.2009 – Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico 354

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES 357

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 46 • nº 183 • edição especial
Julho/setembro – 2009

Reforma do Código de Processo Penal

Organizador: Fabiano Augusto Martins Silveira

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília · ano 46 · nº 183 · julho/setembro · 2009

- Antonio Scarance Fernandes As medidas cautelares pessoais nos projetos de reforma do Código de Processo Penal 11
- Antonio Henrique Graciano Suxberger O regime jurídico do interrogatório no Projeto de Código de Processo Penal 21
- Antonio Magalhães Gomes Filho Princípios gerais da prova no Projeto de Código de Processo Penal. Projeto nº 156/2009 do Senado Federal 35
- Edilenice Passos O apoio da Biblioteconomia Jurídica à Comissão de Juristas que elaborou o Anteprojeto de Código de Processo Penal 47
- Ela Wiecko Volkmer de Castilho e Paula Bajer Fernandes Martins da Costa O Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que institui novo Código de Processo Penal e os crimes praticados contra indígenas ou por indígenas 55
- Eugênio Pacelli de Oliveira O processo penal como dialética da incerteza 67
- Fabiano Augusto Martins Silveira O Código, as cautelares e o juiz das garantias 77
- Geraldo Prado Sobre o Projeto de Código de Processo Penal 95
- Jacinto Nelson de Miranda Coutinho Sistema acusatório. Cada parte no lugar constitucionalmente demarcado 103
- Lenio Luiz Streck Novo Código de Processo Penal. O problema dos sincretismos de sistemas (inquisitorial e acusatório) 117
- Leonardo Augusto Marinho Marques A exclusividade da função acusatória e a limitação da atividade do Juiz. Inteligência do princípio da separação de poderes e do princípio acusatório 141
- Maria Thereza Rocha de Assis Moura e Mohamad Ale Hasan Mahmoud A reforma processual penal. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça 155

Mauro Fonseca Andrade	O sistema acusatório proposto no projeto de novo <i>codex</i> penal adjetivo 167
Renato Casagrande	A urgência de um novo Código de Processo Penal 189
René Ariel Dotti	A presença do cidadão na reforma do júri. Observações sobre a Lei nº 11.689/08 e o Projeto de Lei nº 156/09 193
Rogério Schietti Machado Cruz	As medidas cautelares no projeto do novo CPP 211

Revista de PROCESSO

Ano 34 • n. 176 • out. / 2009

Coordenadora

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA sob n. 11 (Portaria 8/1990); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, da 1.ª Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II de 17.06.1992, p. 17.850), da 4.ª Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38.103); da 5.ª Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1.123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997); e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. (Extrato de Convênio 09/2005)

I. DOCTRINA NACIONAL

1. A penhora on line e alguns problemas gerados pela sua prática
 HUMBERTO THEODORO JÚNIOR 11
2. Recurso especial e ações de família
 TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER 36
3. Crítica à caracterização da atuação senatorial no controle concreto de constitucionalidade brasileiro como função de publicidade: a importância da jurisdição constitucional ordinária e os limites da mutação constitucional
 DALTON SANTOS MORAIS 50

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Chiose sul diritto alla prova nella giurisprudenza della Corte costituzionale
 ANDREA PROTO PISANI 93

III. DIREITO COMPARADO

1. Riflessioni microcomparative su ideologie processuali e accertamento della verità
 SERGIO CHIARLONI 105

IV. ATUALIDADES NACIONAIS

1. Congresso em homenagem a Ada Pellegrini Grinover
 TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER 121
2. Da possibilidade de impugnação imediata de decisão interlocutória em juizado estadual: críticas ao posicionamento adotado no RE 576.847/BA
 ALEXANDRE FREITAS CÂMARA E BRUNO GARCIA REDONDO 124

3. Liquidação de sentença condenatória por danos ambientais difusos JULIANA GERENT.....	142
4. É cabível ação rescisória coletiva contra julgado editado em ação civil pública julgada improcedente por falta de provas? MARCOS PAULO PASSONI.....	167
5. Anotações sobre o projeto da nova lei da ação civil pública: principais inovações LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR E ROGÉRIO FAVRETO	174

V. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. Capítulos da sentença: como o STJ tem se posicionado sobre o termo inicial para a contagem do prazo da ação rescisória? ANA PAULA SCHORIZA BUENO DE AZEVEDO.....	195
2. O STJ e a natureza jurídica da decisão homologatória de transação fiscal ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY	226

VI. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal Juros de mora – Precatório judicial – Não incidência entre a expedição da ordem e seu respectivo pagamento se respeitado o prazo estabelecido no art. 100, § 1.º, da CF; Agravo regimental – Não provimento – Admissibilidade – Recurso que não ataca os fundamentos da decisão agravada – STF – AgRg no RE 548.420-3/SP – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Ricardo Lewandowski	235
2. Superior Tribunal de Justiça Litisconsórcio – Prazo em dobro – Aplicabilidade – Partes representadas por advogados distintos – Irrelevância de que os causídicos pertençam ao mesmo escritório de advocacia ou de que os litisconsortes sejam casados e de que o imóvel em litígio lhes sirva de residência – Inteli-	

gência do art. 191 do CPC – STJ – REsp 818.419/SP – 3. ^a T. – v.u. – rel. Min. <i>Sidnei Beneti</i>	239
Falência – Pedido de quebra sob a égide do Dec.-lei 7.661/1945 – Pretendido acolhimento do pleito falencial fundado no não pagamento de título de valor insignificante – Inadmissibilidade – Observância do princípio da preservação da empresa – STJ – REsp 870.509/SP – 3. ^a T. – v.u. – rel. Min. <i>Nancy Andrighi</i>	242
Reexame necessário – Dispensabilidade – Sentença – Condenação genérica – Incerteza em relação ao <i>quantum debeat</i> – Aplicação do art. 475, § 2.º, do CPC; Embargos de divergência – Não conhecimento – Inexistência de semelhança entre as causas discutidas nos acórdãos paradigmas indicados pelo embargante – Divergência não comprovada – STJ – EDiv em REsp 923.348/PR – Corte Especial – m.v. – rel. p/ acórdão Min. <i>Luiz Fux</i>	250

VII. CONFERÊNCIAS

1. Il tempo e il processo ITALO ANDOLINA	259
2. Homenagem a Ada Pellegrini Grinover CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO.....	275

VIII. ESTUDO DE CASO

1. Análise econômica das decisões judiciais. STF: ADIn 4/DF e ADIn 2.591/DF ARTUR CÉSAR DE SOUZA.....	283
--	-----

IX. PARECERES

1. Processo administrativo. Auto de infração. Julgamento pelo Tribunal de Impostos e Taxas. Voto proferido pelo relator. Pedido de vista da representação fiscal. Votos proferidos pelos demais conselheiros seguindo, por maioria, o voto do relator. Ausência de manifestação do relator após esses votos. Ausência de nulidade. Julgamento aperfeiçoado PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON.....	307
--	-----

X. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. Legitimidade ativa do Ministério Público nas ações coletivas para a defesa dos interesses individuais homogêneos
DANIELE ALVES MORAES..... 323
2. Notas sobre a aplicação da teoria do adimplemento substancial no direito processual civil brasileiro
FREDIE DIDIER JR. 335

XI. RESENHAS

1. Alois Troller. *Dos fundamentos do formalismo processual civil (Von den Grundlagen des zivilprozessualen Formalismus)*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2009. Trad. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira – resenha por
LUIZ RODRIGUES WAMBIER E TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.... 341
2. Fernanda Pessanha do Amaral Gurgel. *Direito de família e o princípio da boa-fé objetiva*. Curitiba: Juruá, 2009 – resenha por
GILBERTO GOMES BRUSCHI..... 344
3. José Miguel Garcia Medina. *Prequestionamento e repercussão geral*. 5. ed. São Paulo: Ed. RT, 2009 – resenha por
LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA..... 346

XII. HOMENAGENS PÓSTUMAS

1. Breves apontamentos *in memoriam* a James Goldschmidt e a incompreendida concepção de processo como “situação jurídica”
AURY LOPES JÚNIOR E PABLO RODRIGO ALFLEN DA SILVA..... 349
2. Dez anos sem Carl Hermann Ule, o papa do direito processual público alemão
FERNANDO GAMA DE MIRANDA NETTO..... 374
3. Ovídio Baptista da Silva
LUIZ GUILHERME MARINONI 381

4. Ovídio Araújo Baptista da Silva: professor, advogado e, acima de tudo, jurista

VALTERNEI MELO DE SOUZA E MÁRCIO LOUZADA CARPENA 384

XIII. SÍTIOS DE INTERESSE 388

XIV. RESUMOS 389

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO..... 393

CONSELHEIROS HOMENAGEADOS..... 399

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 400

NOTA: Por problemas editoriais, o artigo *A reconstrução do papel do Supremo Tribunal Federal: interfaces da súmula vinculante e da reclamação constitucional*, de autoria de Angel Rafael Marino Castellanos e Gilberto Fachetti Silvestre, anunciado na *Repro* 175, não será publicado.

Revista de PROCESSO

Ano 34 • n. 177 • nov./2009

Publicação oficial do
Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA sob n. 11 (Portaria 8/90); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, da 1.ª Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II de 17.06.1992, p. 17.850), da 4.ª Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38.103); da 5.ª Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1.123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997); e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, (Extrato de Convênio 09/2005)

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Litigiosidade em massa e repercussão geral no recurso extraordinário
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR; DIERLE NUNES E ALEXANDRE BAHIA 9
2. Execução de dívidas de partidos políticos
FABIANO CARVALHO 47
3. Medidas antecipadas, medidas cautelares e fungibilidade
DESIRÊ BAUERMANN 54
4. A obrigatoriedade da denúncia da lide e a possibilidade de ação autônoma em caso de evicção
CELSO HIROSHI ICOHAMA E WESLEY DE OLIVEIRA MACIEL 73

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Iniciativas probatorias del juez en el proceso civil
JOSÉ LUIS VÁZQUEZ SOTELO 93

III. DIREITO COMPARADO

1. Abuso de direitos processuais: padrões comparativos de lealdade processual (relatório geral)
MICHELE TARUFFO 153

IV. ATUALIDADES NACIONAIS

1. O mandado de segurança na disciplina da Lei 12.016, de 07.08.2009
LUIZ RODRIGUES WAMBIER E RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS 185
2. Ministério Público social
EDUARDO CAMBI E LEONARDO AUGUSTO GONÇALVES 209

3. XXII Encontro Pan-americano de Direito Processual – 26 a 28 de agosto de 2009
 FLÁVIO BUONADUCE BORGES 232

V. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal

- RECURSO EXTRAORDINÁRIO – Não cabimento – Apelo extremo interposto contra decisão do Superior Tribunal de Justiça que negou seguimento a recurso especial – Julgamento que não foi fundado em premissas conflitantes com o art. 105, III, da CF/1988. RECURSO EXTRAORDINÁRIO – Não conhecimento – Alegada ofensa a preceitos constitucionais que demanda a análise de legislação processual ordinária. – STF – AgRg no AgIn 745.734-2/RJ – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Ricardo Lewandowski 237

2. Superior Tribunal de Justiça

- PRECATÓRIO JUDICIAL – Crédito alimentar – Sequestro de recursos públicos – Decisão que não tem caráter jurisdicional, mas sim administrativo. PRECATÓRIO JUDICIAL – Crédito alimentar – Quebra de precedência – Ocorrência – Determinação de pagamento de crédito comum antes de obrigação alimentar – Circunstância que autoriza o sequestro de recursos públicos – Inteligência do art. 100, *caput*, da CF/1988. – STJ – RMS 24.510/SP – 1.ª T. – m.v. – rel. p/ o acórdão Min. Teori Albino Zavascki 241

- EMBARGOS INFRINGENTES – Deserção – Ocorrência – Preparo não comprovado no ato da interposição do recurso – Inaplicabilidade da regra de regimento interno de Tribunal de Justiça que extrapola determinação contida na sistemática processual – Aplicação do art. 511 do CPC. – STJ – EDiv em REsp 488.304/MA – Corte Especial – m.v. – rel. Min. Luiz Fux 256

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Sentença – Decisão de improcedência – Sujeição a reexame necessário – Obrigatoriedade – Aplicação, por analogia, do art. 19 da

VI. ESTUDO DE CASO

1. O problema da eficácia da lei que trata de direito material processual no tempo: a análise de três casos envolvendo a aplicação do art. 100 do CDC, do art. 406 do CC/2002 e do novo art. 745-A do CPC em face do ato jurídico perfeito

FÁBIO LIMA QUINTAS 275

VII. PARECERES

1. Embargos de declaração com efeitos “infringentes” ou “modificativos”: limites à sua admissibilidade

CARLOS ROBERTO BARBOSA MOREIRA 303

VIII. TRABALHOS FORENSES

1. Imóvel público cedido mediante remuneração. Relação locatícia. Impropriedade da ação possessória para retomada do bem. Falta de interesse de agir. Necessidade de propositura de ação de despejo. Sociedade de economia mista. Ente de direito privado. Incompetência da Vara da Fazenda Pública

ROGERIO LICASTRO TORRES DE MELLO 311

IX. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. Interesse processual e a fungibilidade da causa de pedir

JÔNATAS LUIZ MOREIRA DE PAULA 333

X. RESENHAS

1. Luiz Manoel Gomes Jr.; Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz; Luís Otávio Sequeira de Cerqueira; Rogerio Favreto; Sidney Palharini Jr. *Comentários à nova lei do mandado de segurança – Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009*. São Paulo: Ed. RT, 2009

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER 359

2. Júlio Cesar Goulart Lanes. <i>Audiências: conciliação, saneamento, prova e julgamento</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2009 LUIZ RODRIGUES WAMBIER	361
3. Lionel Miniato. <i>Le principe du contradictoire en droit processuel</i> . Paris: L.G.D. J., Bibliothèque de droit privé, 2008, t. CDLXXXIII FABIANO CARVALHO	365
4. Gilberto Gomes Bruschi; Sérgio Shimura (coords.). <i>Execução civil e cumprimento da sentença</i> . São Paulo: Método, 2009. vol. 3 LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR	367
5. José Miguel Garcia Medina; Fábio Caldas de Araújo. <i>Mandado de segurança individual e coletivo. Comentários à Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009</i> . São Paulo: Ed. RT, 2009 RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES	376

XI. SITES DE INTERESSE

1. Colaboração de Miguel Teixeira de Sousa, Universidade de Lisboa, Portugal.....	379
---	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	381
-----------------------------------	-----

CONSELHEIROS HOMENAGEADOS.....	387
--------------------------------	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	388
--	-----

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 98 • volume 889 • novembro 2009 • p. 1-800

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID
(DJU 23.10.1985, p. 18.861),
registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990
(DJU 06.06.1990, p. 5.171).

PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.ª, 2.ª, 4.ª e 5.ª Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel.: 0800-702-2433
www.rt.com.br

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

- Protagonismo ético judicial e perspectivas do Judiciário no século XXI
 JOSÉ RENATO NALINI 9
- O termo *a quo* dos juros de mora pelo inadimplemento da obrigação revisional de aluguel fixada em sentença judicial
 NELSON NERY JUNIOR 33

Segunda Seção

- O direito de águas no Brasil
 CID TOMANIK POMPEU 47

Terceira Seção

- Limites subjetivos da coisa julgada coletiva (ontem, hoje e amanhã)
 FLÁVIO MARCELO GOMES..... 78
- Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro
 VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI 105

PARECER CIVIL

- Ação revocatória. Decadência. Início da contagem do prazo. Interpretação dos arts. 56, § 1.º e 132, § 1.º, do Dec.-lei 7.661/1945. Obediência ao cronograma falimentar
 ARNOLDO WALD..... 149

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal	171
2. Superior Tribunal de Justiça	205
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	255
4. Justiça dos Estados	284
Tribunal de Justiça do Acre	284
Tribunal de Justiça de Alagoas	288
Tribunal de Justiça da Bahia	294
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	299
Tribunal de Justiça de Goiás	305
Tribunal de Justiça do Maranhão	308
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	312
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul	316
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	322
Tribunal de Justiça do Pará	329
Tribunal de Justiça do Paraná	334
Tribunal de Justiça de Pernambuco	341
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	344
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	357
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	362
Tribunal de Justiça de Rondônia	372
Tribunal de Justiça de Roraima	379
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	382
5. Tribunais Regionais Federais	390
1.ª Região	390
2.ª Região	403
4.ª Região	410
5.ª Região	418

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

Arquitetura preambular do processo judicial eletrônico

MARCO ANTONIO DE BARROS 427

Segunda Seção

Agrotóxicos e responsabilidade criminal

ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCÃO JÚNIOR 461

Terceira Seção

A influência dos órgãos da mídia no processo penal: o caso Nardoni

FÁBIO MARTINS DE ANDRADE 480

JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal 507

2. Superior Tribunal de Justiça 554

3. Tribunal de Justiça de São Paulo 602

4. Justiça dos Estados 621

Tribunal de Justiça do Acre 621

Tribunal de Justiça da Bahia 626

Tribunal de Justiça do Distrito Federal 630

Tribunal de Justiça do Espírito Santo	636
Tribunal de Justiça de Goiás	642
Tribunal de Justiça do Maranhão	645
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	648
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	653
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	656
Tribunal de Justiça do Paraná.....	663
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	670
Tribunal de Justiça do Piauí	676
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	680
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	682
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	686
Tribunal de Justiça de Rondônia	688
Tribunal de Justiça de Roraima	696
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	705
5. Tribunais Regionais Federais.....	718
1.ª Região.....	718
2.ª Região.....	737
4.ª Região.....	747
5.ª Região.....	757

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Matéria Civil.....	765
Matéria Penal	783
Normas de publicação para os autores	799

Revista Jurídica®

ANO 57 – DEZEMBRO DE 2009 – Nº 386

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal: 03/85

Superior Tribunal de Justiça: 09/90

Tribunais Regionais Federais 1ª, 2ª e 4ª Regiões

FUNDADOR

Prof. Angelito Asmus Aiquel

DIRETORES

Marco Antônio Coutinho Paixão

Luiz Antônio Duarte Aiquel

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover – Alexandre Pasqualini – Alexandre Wunderlich

Antonio Janyr Dall'Agnol Jr. – Araken de Assis – Arruda Alvim

Carlos Alberto Molinaro – Cezar Roberto Bitencourt

Daniel Francisco Mitidiero – Daniel Ustároz

Darci Guimarães Ribeiro – Eduardo Arruda Alvim

Eduardo de Oliveira Leite – Eduardo Talamini – Ênio Santarelli Zuliani

Fátima Nancy Andrichi – Fredie Didier Junior

Guilherme Rizzo Amaral – Humberto Theodoro Junior

Ingo Wolfgang Sarlet – J.J. Calmon de Passos (*in memoriam*)

João José Leal – José Carlos Barbosa Moreira – José Maria Rosa Tesheiner

José Roberto Ferreira Gouvêa – José Rogério Cruz e Tucci

Juarez Freitas – Lúcio Delfino – Luis Guilherme Aidar Bondioli

Luís Gustavo Andrade Madeira – Luiz Edson Fachin

Luiz Guilherme Marinoni – Luiz Manoel Gomes Junior

Luiz Rodrigues Wambier – Márcio Louzada Carpena

Mariângela Guerreiro Milhoranza (Coordenadora)

Ovídio Araújo Baptista da Silva (*in memoriam*)

Paulo Luiz Netto Lôbo – Rolf Madaleno

Salo de Carvalho – Sergio Cruz Arenhart – Sérgio Gilberto Porto

Teresa Arruda Alvim Wambier – William Santos Ferreira

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Cível

- 11 Arruda Alvim
(Anotações Sobre as Perplexidades e os Caminhos do Processo Civil Contemporâneo – Sua Evolução ao Lado do Direito Material)
- 35 Rafael José Nadim de Lazari e Gelson Amaro de Souza
(Exegese Sobre a “Relativização” da Coisa Julgada: O Que Há por Trás Desta Tendência?)
- 53 Marcia Andrea Bühring e Cíntia Campos Lima
(Uma Questão de Ética nos Financiamentos de Imóvel: A Alienação Fiduciária e a Utilização do FGTS)
- 77 André Franco e Marcos Catalan
(Separação e Divórcio na Esfera Extrajudicial: Faculdade ou Dever das Partes?)

Doutrina Penal

- 95 Elisa Olívia Giacobbo
(A Notitia Anônima de Crime e a Vedação Constitucional ao Anonimato)

Jurisprudência Cível

- 151 Superior Tribunal de Justiça
- 157 Superior Tribunal de Justiça
- 163 Superior Tribunal de Justiça
- 169 Ementário Cível

Jurisprudência Penal

- 185 Supremo Tribunal Federal
189 Ementário Penal

Sinopse de Mudanças Legislativas

- 197 Legislação Relevante de Dezembro de 2009
(Ementário)

Índice Alfabético-Remissivo

- 199 Cível
201 Penal

Revista

Jurídica Tributária

ANO 2 – JULHO/SETEMBRO DE 2009 – Nº 6

DIRETORES

José Augusto Delgado
Marco Antônio Coutinho Paixão
Paulo Caliendo

CONSELHO EDITORIAL

Anderson Vichinkeski Teixeira
Betina Grupenmacher
Cristiano Carvalho
Eurico de Santi
Giuseppe Tinelli (Itália)
Heleno Taveira Tôrres
Joachim Englisch (Alemanha)
Luis Alonso González
Marcos Catão
Mariângela Guerreiro Milhoranza (Coordenadora)
Mary Elbe
Misabel Abreu Machado Derzi
Paulo Ayres
Paulo de Barros Carvalho
Ricardo Lobo Torres
Sacha Calmon Navarro Coêlho
Sérgio Vasquez (Portugal)

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Nacional

- 11 Tiago Bitencourt de David
(A Justiça Fiscal e o Dever de Pagar Tributos em Face de Leis Injustas)
- 39 Naira Pieczkoscki e Regis de Moura
(Considerações Sobre o TIEA Brasil-EUA)
- 81 Fernanda Campos de Cerqueira Lana e João Paulo Fanucchi de Almeida Melo
(Análise Crítica da Jurisprudência do STJ no que Tange à Aplicação do Princípio da Menor Onerosidade para o Devedor nas Ações Executivas após a Entrada em Vigor da Lei nº 11.382/2006)
- 97 Betina da Silva Adami
(Justiça Fiscal e Sonegação)
- 111 Daniel Sternick
(Limites Críticos à Modulação Temporal dos Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade em Matéria Tributária)
- 127 Sílvia Maria Benedetti Teixeira e Shaiana Silveira Fonseca Soares
(Precatórios Judiciais e a Compensação Tributária)
- 145 Gabriel Antonio de Abreu Vieira
(A Efetividade do Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e sua Compatibilização com o Desenvolvimento Econômico Utilizando Instrumentos do Direito Tributário e Financeiro)
- 169 Nathalie de Paula Carvalho
(A Análise Econômica do Direito Tributário)
- 189 Jorge de Oliveira Vargas e Laércio Cruz Uliana Junior Delgado
(Precatório: Moeda ou Mero Pedaço de Papel?)

Doutrina Estrangeira

- 203 Gilberto Atencio Valladares
(Breves Consideraciones Sobre los Bienes Inmuebles de Características Especiales en el Impuesto Sobre Bienes Inmuebles Español - Comentarios a la Sentencia del Tribunal Supremo de Justicia de España de Fecha 12 de Enero de 2.007)

Novidades Tributárias

- 217 José Augusto Delgado
(Dez Decisões do STJ em Matéria Tributária (Jul./Set. 2009))
- 247 José Augusto Delgado
(Dez Decisões do Superior Tribunal de Justiça em Matéria Tributária Submetidas ao Regime de Recursos Repetitivos nos Meses de Julho, Agosto e Setembro de 2009)
- 253 José Augusto Delgado
(Dez Notícias Sobre Direito Tributário Publicadas nos Meses de Julho, Agosto e Setembro de 2009)

Jurisprudência Recente

- 261 Supremo Tribunal Federal
- 267 Superior Tribunal de Justiça
- 277 Ementário de Jurisprudência
- 303 ***Sinopse de Mudanças Legislativas***
Legislação Relevante
- 307 ***Índice Alfabético-Remissivo***

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Ano VI

Número 32

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Editores

Fábio Paixão
Rogério Rodrigues
Veruscka Diab
Walter Diab

Diretores

Ana Maria Paixão
Fábio Paixão
José Roberto Penz
Luiz Antonio Paixão
Rogério Rodrigues
Tuchaua Rodrigues

Sumário

Homenagem

1. Homenagem a Ovídio Baptista da Silva
Luiz Guilherme Marinoni 5

Doutrina

1. Coisa Julgada – Juros Moratórios – Execução de Sentença – Alteração Superveniente da Taxa Legal dos Juros Moratórios – Regime Revisional Próprio das Sentenças Determinativas (CPC, Artigo 471, I)
Humberto Theodoro Júnior 7
2. Fluência e Interrupção do Prazo de Prescrição da Pretensão a Executar
Araken de Assis 15
3. Multa Coercitiva, Boa-Fé Processual e *Supressio*: Aplicação do *Duty to Mitigate the Loss* no Processo Civil
Fredie Didier Jr. 32
4. Execução de Tutela Antecipada e Suas *Astreintes*
Clito Fornaciari Júnior 43
5. A Constitucionalização das Uniões Homoafetivas
Maria Berenice Dias e Roberta Vieira Larratêa 47
6. O Dever de Falar a Verdade e o Processo Civil
Carlos Augusto de Assis 62
7. Considerações Sobre Justiça e o Papel do Poder Judiciário Além dos Limites do Dogmatismo
Andréia Andrade da Nóbrega 78
8. O Aval nos Títulos de Crédito e o Código Civil de 2002
Danilo Inácio Padovani 89

Em Evidência

1. Liberdade de Imprensa – Inteligência dos Artigos 5º, IV, IX, XIV, e 220, §§ 1º, 2º e 6º, da Constituição Federal – Opinião Legal
Arnoldo Wald e Ives Gandra da Silva Martins 98

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Danos Materiais e Morais. Gravação. Conversa Telefônica Feita por um dos Interlocutores. Desconhecimento da Outra Parte. Licitude da Prova
Relª Minª Ellen Gracie 111

2. Superior Tribunal de Justiça – Execução Fiscal. Prescrição Intercorrente. Ocorrência. Favorecimento aos Demais Responsáveis Solidários <i>Rel. Min. Humberto Martins</i>	114
3. Superior Tribunal de Justiça – Família. Casamento. Regime de Bens. Alteração Judicial. Casamento Celebrado sob a Égide do CC/1916. Possibilidade <i>Rel. Min. Sidnei Beneti</i>	118
4. Superior Tribunal de Justiça – Conflito de Competência Instaurado Entre Juizado Especial e Juízo Comum Federal. Novo Entendimento Firmado pelo STF. Competência do TRF <i>Rel. Min. Herman Benjamin</i>	123
5. Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Exceção de Pré-Executividade. Impugnação à Exceção. Cabimento <i>Rel. Des. Fed. Paulo Roberto de Oliveira Lima</i>	126
6. Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Alimentos. Devedor. Justificativa. Proposta de Parcelamento. Prisão Civil. Descabimento <i>Rel. Des. Jair Soares</i>	129
7. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – CNH. Ilegalidade do Prazo para Renovação Estabelecido pelo Contran <i>Rel. Des. Carreira Machado</i>	133
8. Tribunal de Justiça de São Paulo – Agiotagem. Pacto Comissório. Negócios Indiretos. Ilegalidade <i>Rel. Des. Ênio Santarelli Zuliani</i>	137
9. Divergência Jurisprudencial	140
10. Ementário	141
11. Julgados da OAB – CF/TED	161
Sinopse Legislativa	163
Destaques dos Volumes Anteriores	164
Índice Alfabético-Remissivo	165

Revista

TRIBUTÁRIA

e de finanças

públicas

Ano 17 • n. 88 • set.-out./ 2009

Coordenador-geral

EDVALDO PEREIRA DE BRITO

Coordenador de Jurisprudência

MARCELO CAMPOS

Publicação oficial da

Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT

Repertório autorizado de Jurisprudência pelo Supremo Tribunal Federal, sob o n. 33, de 13.11.2001, e pelo Superior Tribunal de Justiça, Portaria 6, de 11.06.2001 (*DJU* 19.06.2001), pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Portaria COJUD 2, de 21.03.2003 (*DJU* 25.03.2003), Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Portaria 311, de 15.12.1998, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Portaria 1, de 24.02.2003 (*DJU* 20.03.2003), e pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Despacho de 07.08.2003 (*DJU* 15.08.2003).

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Bitributação, confisco e fraudes em tratados internacionais
ADRIANA FREISLEBEN DE ZANETTI; JOSÉ CLÁUDIO MARQUES
BARBOZA JR. 9
2. Direito tributário e arbitragem: uma análise da possibilidade e dos óbices ao juízo arbitral em matéria tributária no Brasil
ALEXANDRE LUIZ MORAES DO RÊGO MONTEIRO; LEONARDO
FREITAS DE MORAES E CASTRO 18
3. Contingências e aspectos paradigmáticos do planejamento tributário
ANDRÉ KOLLER DI FRANCESCO LONGO 48
4. A intervenção do Estado no domínio econômico: limites e modalidades à luz do direito brasileiro
CARLOS ALBERTO DE MORAES RAMOS FILHO 60
5. Responsabilidade tributária. Cisão parcial e o art. 132 do CTN
FÁBIO PALLARETTI CALCINI 91
6. Imposto sobre a renda, créditos em conta e sigilo bancário
GABRIEL HERNAN FACAL VILLARREAL 106
7. Dos ilícitos tributários: delitos de lavagem de capitais ou ocultação de bens no Brasil e a Lei 9.613/1998
JEFFERSON LABORDA DA SILVA 123
8. A falácia do imposto sobre grandes fortunas como instrumento determinante para a promoção da Justiça Fiscal
LEONARDO DE MENEZES CURTY 137
9. A tributação da remuneração de serviços de assistência técnica, sem transferência técnica, prestados por não-residentes em Estado com o qual o Brasil possua tratado para evitar a bitributação. Estudo de caso

10. Axiologia e a formação dos índices associativos para a detecção da forma: diferença entre elisão e simulação no planejamento tributário
 LUÍS CARLOS GOMES DA SILVA 181

11. Microempreendedor individual
 MARIA ANTONIETA LYNCH; SAULO DE TARSO MUNIZ DOS SANTOS 197

12. A (i)legalidade do exame de preço mínimo na importação
 THALIS RYAN DE ANDRADE 206

13. Transação em matéria tributária no direito brasileiro?
 TIAGO SEVERINI 235

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Reflexões sobre quem paga a conta do estado social
 JOSÉ CASALTA NABAIS 269

III. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal
 CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Suspensão da exigibilidade – Admissibilidade – Recurso extraordinário – ICMS – Medida liminar concedida enquanto não resolvida a discussão, em sede de apelo extremo, sobre o dever de estorno proporcional de créditos do tributo, em razão da diferença de preços ente as operações de entrada e saída de mercadorias. – STF – Referendo em MC em AC 2.295-9/RJ – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. Joaquim Barbosa 309

CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – Descaracterização – Procedimento administrativo instaurado para apuração do débito fiscal suspenso por decisão do Conselho de Contribuintes – Inexistência de lançamento fiscal definitivo que impede condenação pelos crimes descritos no art. 1.º da Lei 8.137/1990. – STF – HC 86.236-5/PR – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. Cezar Peluso 312

2. Superior Tribunal de Justiça

ICMS – Substituição tributária – Veículo automotor – Inclusão na base de cálculo do imposto do valor do frete – Inadmissibilidade se o transporte é contratado pela concessionária de veículos – Inteligência dos arts. 128 do CTN e 13, § 1.º, II, b, da LC 87/1996. – STJ – REsp 931.727/RS – 1.ª Seção – v.u. – rel. Min. Luiz Fux 318

CORREÇÃO MONETÁRIA – IPI – Créditos escriturais – Exercício do direito de crédito postergado pelo Fisco – Atualização devida, sob pena de enriquecimento ilícito da administração tributária. – STJ – REsp 1.035.847/RS – 1.ª Seção – v.u. – rel. Min. Luiz Fux 347

RECURSO ESPECIAL – Não conhecimento – Finsocial – Substituição tributária – Alegada ofensa ao princípio da estrita legalidade tributária – Apelo especial fundado no art. 97 do CTN – Norma que reproduz dispositivo da Constituição Federal – Circunstância que impede a análise da controvérsia pelo Superior Tribunal de Justiça, pois trata-se de matéria de índole constitucional, de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal – Outros dispositivos de lei questionados que se ressentem do obrigatório prequestionamento. – STJ – REsp 1.127.531/MS – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. Castro Meira 357

3. Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

FRAUDE À EXECUÇÃO – Inocorrência – Inexistência de comprovação de que o adquirente de bens do devedor tinha conhecimento sobre a existência de demanda pendente contra o alienante ao tempo da aquisição. – TRF-1.ª Reg. – AgRg no AgIn 2008.01.00.059490-2/MG – 8.ª T. – v.u. – rel. Des. Federal Maria do Carmo Cardoso 362

4. Tribunal Regional Federal da 3.ª Região

EXECUÇÃO FISCAL – Sociedade comercial – Redirecionamento da demanda para sócio-gerente –

Inadmissibilidade – Empresa que não foi dissolvida irregularmente, já que passou por processo de falência – Inexistência de provas de que o empresário tenha praticado ato eivado de excessos de poderes ou com infração à lei, ao contrato social ou estatutos – Débitos executados, ademais, cujos fatos geradores não são contemporâneos ao exercício de cargo de direção. – TRF-3.^a Reg. – Ag 2007.03.00.093527-3/SP – 3.^a T. – m.v. – rel. Des. Federal Nery Júnior 366

5. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

EXECUÇÃO FISCAL – Certidão de Dívida Ativa – Substituição do documento durante o processo – Admissibilidade somente em se tratando da ocorrência de mero erro material ou formal – Impossibilidade, no entanto, de a nova CDA alterar o sujeito passivo da obrigação tributária – Inteligência do art. 203 do CTN e do art. 2.^o, § 8.^o, da Lei 6.830/1980. – TJRN – ApCiv 2008.012460-3 – 3.^a Câm. Civ. – v.u. – rel. Juíza conv. Francimar Dias 369

EXECUÇÃO FISCAL – Extinção do processo sem julgamento do mérito – Decisão embasada na existência de vícios formais na Certidão de Dívida Ativa – Inadmissibilidade – Necessidade de se oportunizar ao exequente a possibilidade de sanar o erro – Inteligência dos art. 203 do CTN e art. 2.^o, § 8.^o, da Lei 6.830/1980. – TJRN – Remessa Necessária e ApCiv 2009.006264-3 – 3.^a Câm. Civ. – v.u. – rel. Juiz conv. Ibanez Monteiro 372

MEMBROS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO.....379

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 381

NOTA DA EDITORA: Por problemas editoriais, o artigo *O ISSQN e o conflito entre municípios: quem pode cobrar? A quem recolher?*, de autoria de Márcia Zilá Longen, anunciado como chamada na *R Trib 87*, não será publicado.